Semanário
Director
António Dias Lourenço
Propriedade
Editorial «Avante!»

Avante!

Proletários de todos os países: UNI-VOS!

Ano 44 — Série VII — N.º 19
20 de Setembro de 1974

Preço: 2$50
Angola e Moçambique: 6$00

Redacção/Administração - Av. António Serpa, 26-2º Esq. - Tel. 772284 * Impressão e Composição - Sociedade Nacional de Tipografia, S.A.R.L. - Rua de "O Século", 41 a 63 - Lisboa * Distribuição - Distribuidora "O SECULO"

Editorial

Os fascistas foram desalojados do poder por um movimento apoiado na força armada, mas não foram destruídos — eis uma realidade que importa não perder de vista quando nos debruçamos sobre a singularidade do nosso processo de democratização e os seus complexos problemas e nos defrontamos com as raivosas tentativas da reacção para inverter o sentido dos acontecimentos, tanto no nosso próprio país como nos territórios ainda sob o domínio colonial português.

O regime fascista foi derrotado no 25 de Abril porque jamais teve raízes no povo, porque foi debilitado por dezenas de anos de luta popular pelo pão, a paz e a democracia, e pela luta dos povos da Guiné-Bissau, Moçambique e Angola pela sua independência nacional. Foi finalmente derrotado porque um profundo sentimento patriótico e democrático minou o seu principal sustentáculo no Poder — as Forças Armadas — e as transformou de baluarte da reacção e do fascismo numa das mais sérias garantias da democracia em Portugal.

Hoje é um facto incontroverso que as forças derrotadas no 25 de Abril levantam cabeça, intrigam, organizam-se e entram abertamente no caminho da conspiração.

O alvo proclamado são os comunistas, o Partido Comunista Português, mas não haja ilusões: o objectivo principal que visam é o próprio processo de democratização e descolonização, é o Governo Provisório, é o Movimento das Forças Armadas, é o conjunto de forças actualmente empenhadas em arrancar Portugal do atraso e da barbárie a que o condenara o regime fascista e que querem construir uma pátria livre, democrática e independente.

Nós, comunistas, já estamos de longa data habituados às calúnias mais torpes das forças reaccionárias. Francamente, não há nada de novo na fraseologia anticomunista. Nos arraiais da reacção a baba anticomunista é a mesma, as calúnias as mais primitivas e estafadas. Por isso não nos perturbamos e ainda menos nos surpreendemo.

Sempre para nós o anticomunismo foi pretexto para o ataque generalizado das forças mais obscurantistas a todos os que lhes barram o caminho, a todos os democratas e antifascistas que reclamaram no passado mudanças radicais na política e no regime do País.

Também não há nada de novo na táctica demagógica da reacção mais negra para se revestir de roupagens de circunstância e ocultar o seu verdadeiro carácter político e de classe. Hoje, 5 meses após o 25 de Abril, as forças derrotadas cobrem os seus intentos de desforra sob afirmações de apoio ao MFA e ao seu programa, ao Presidente da República; adulam os elementos instáveis ou condescendentes; reivindicam os direitos democráticos, afirmam-se os melhores respeitadores da lei e dos princípios.

Entretanto, procuram desorganizar a economia nacional, provocar o caos, através do desemprego em massa, mergulhar no desespero e na fome as classes trabalhadoras; reúnem-se e reorganizam-se secretamente; reagrupam forças; promovem acções que visam desmantelar o MFA, dispersá-lo pelos quartéis, torná-lo inoperante e inofensivo; desencadeiam das formas mais descaradas e provocatórias verdadeiras agressões ideológicas e agora, se disso não forem impedidos, preparam-se mesmo para descer à rua numa tentativa de afirmação política.

Os remanescentes do fascismo, que sonham com a desforra, não se encontram somente em Portugal nem falam só português. Têm ramificações mais vastas que transcendem as fronteiras, compreendem forças que estão interessadas em continuar esbulhando o nosso povo e os povos de Moçambique e Angola das suas energias e riquezas.

É significativo que, durante a recente denúncia do escândalo da intervenção da CIA no golpe fascista do Chile e no assassinato do presidente Allende, os dirigentes dessa organização de conspirações e subversão do im-

(Continua na pág. seguinte)

CUMPRIR O PROGRAMA DO 25 DE ABRIL

A brilhante condução do processo de descolonização pelo Governo Provisório tem deixado por vezes em segundo plano, na atenção geral, outros importantes aspectos da sua intervenção na vida política nacional. Isso não aconteceu, porém, em relação às medidas tomadas nos últimos dias pelo Governo contra as forças reaccionárias que tentam, por todos os meios, lançar-se na ofensiva contra o regime saído do 25 de Abril.

Um regime democrático deve defender as suas instituições dos ataques das forças reaccionárias, das actividades contra-revolucionárias. O primeiro dever dos que fazem uma revolução democrática, ao serviço do Povo, é defender essa revolução.

Por isso, todos os democratas, o Povo Português, dão o seu firme apoio ao Governo Provisório quando, em defesa dos princípios do Movimento de 25 de Abril, proibiu as actividades dos fascistas do «Partido Nacionalista Português» que, em insolente exibição fascista, pretendiam reagrupar nas suas fileiras os colaboradores da PIDE alistados na ex-Legião. Dirigindo-se abertamente aos legionários, os chefes dessa organização procuravam dar mais um passo em frente para a formação de bandos de assalto contra a democracia, criando grupos de choque para levar à prática os apelos lançados por órgãos da propaganda fascista como a «Resistência», onde estão refugiados os mentores do «Época» e do «Novidades» dos tempos salazaristas e caetanistas. A impunidade de que esses elementos têm gozado aumentou-lhes a audácia. A interdição do bando fascista do «Partido Nacionalista» e as sanções contra os seus mentores do «Resistência» tornavam-se, pois, medidas indispensáveis e urgentes, para pôr um freio a esse desencadeamento da reacção. Outras medidas, certamente, terão de se lhe seguir, para desarticular os múltiplos «complots» e actividades em que se está forjando quase abertamente a contra-revolução. Foi por isso que não só os democratas como a grande massa do povo português, que firmemente aderiu ao Programa do MFA, recebeu com alívio estas primeiras medidas destinadas a dar a devida réplica aos fascistas e reaccionários, e apoiará com total adesão todas as outras medidas que o Governo Provisório tomar para defender a Revolução de 25 de Abril e as suas conquistas democráticas.

No seu activo dos últimos dias, aliás, o Governo Provisório tem também outras medidas que merecem ser destacadas, como expressão da sua determinação de levar avante o processo de democratização da vida política nacional.

Tem prosseguido, com determinação, a institucionalização das liberdades e direitos fundamentais. É já muito grande o número de leis aprovadas pelo Governo nesse sentido, criando o seu conjunto uma base de acção suficientemente ampla para o exercício das liberdades conquistadas pelo Povo Português com o 25 de Abril. Particular destaque merece, neste aspecto, a Lei de Imprensa actualmente em discussão.

Entretanto, prossegue e intensifica-se mesmo, em certos sectores, o saneamento do aparelho do Estado, em diversas estruturas — o que constitui uma das tarefas essenciais para defender e consolidar o regime democrático estabelecido após o 25 de Abril. Prossegue também a instalação, nas autarquias locais, das novas autoridades do após 25 de Abril, sendo de registar que, apesar dos casos em discussão ainda actualmente existentes, sempre se tem podido chegar a uma solução aceitável pelas forças democráticas e as massas populares quando se estabelece o diálogo para esse fim entre os sectores interessados. Das medidas para o total desmantelamento do aparelho de estado fascista devem também destacar-se as que extinguiram os Grémios da Lavoura e respectivas Federações.

No campo económico, destaca-se a entrada em vigor da nacionalização dos três bancos emissores, o que dará ao Governo Provisório alguns meios de importância para intervir na economia nacional. Merecem também referência as medidas tomadas pelo Governo para se intensificar o combate à especulação.

O Governo Provisório tem ainda um difícil caminho a percorrer, para resolver os gravíssimos problemas imediatos deixados pelo fascismo, para levar adiante a descolonização, para consolidar a democratização da vida nacional e defender as conquitas do 25 de Abril dos assaltos da reacção.

Uma coisa é certa, porém: nessa patriótica missão, o Governo Provisório tem o pleno apoio do Povo Português. E esse apoio será tanto mais enérgico, massivo e decidido quanto maior for a firmeza, energia e determinação que o Governo Provisório demonstrar na execução do Programa do Movimento das Forças Armadas.

ELEIÇÕES LIVRES E LEI ELEITORAL

Os problemas relacionados com as eleições para a Assembleia Constituinte começam a ser largamente discutidos. Entre eles a Lei Eleitoral.

O carácter mais ou menos democrático das eleições depende em larga medida do que for estabelecido acerca da capacidade eleitoral, do recenseamento e sua fiscalização, do sistema de apresentação de candidaturas, da liberdade de propaganda, do acto eleitoral e da sua fiscalização, da seriedade na contagem dos votos.

Por serem os problemas mais urgentes com vistas ao recenseamento, abordam-se a seguir alguns aspectos relativos à capacidade eleitoral e à apresentação de candidaturas.

Capacidade eleitoral

Uma das mais importantes questões a determinar é o da capacidade eleitoral, isto é, a definição de quem pode votar e de quem pode ser eleito.

O PCP defende que seja concedido o direito de voto a todos os portugueses maiores de 18 anos, independentemente do sexo, classe social ou instrução.

O voto aos analfabetos coloca problemas de certa forma delicados em regiões onde ainda não chegou o 25 de Abril e onde persiste o domínio de pequenos tiranetes e caciques que com o poder económico, pressões, ameaças, enganos, conseguem coagir e comandar os cidadãos. Corre-se o risco em algumas regiões de se repetirem votações maciças de gente arregimentada pela reacção.

Apesar disso, o PCP mantém a defesa do voto dos analfabetos, pois seria inadmissível que fossem privados de voto numerosos portugueses e portuguesas que contribuem com o seu trabalho para a riqueza nacional, ao mesmo tempo que o voto é concedido a gente com muita ilustração mas de presença parasitária na sociedade.

Voto dos emigrantes

A situação dos emigrantes coloca também complexos problemas. Devem ter direito de votar os emigrantes que mantenham ainda laços estreitos com o país. Mas não se justifica que esse direito seja atribuído a emigrantes há muitos anos completamente afastados da vida portuguesa, da sua realidade e dos seus problemas.

Daí defendermos que o direito de voto deve ser concedido apenas aos emigrantes que tenham emigrado há menos de cinco ou dez anos.

O voto dos emigrantes coloca o problema do recenseamento e da sua fiscalização,

(Continuação na 2.ª página)

MARINHEIROS SOVIÉTICOS EM LISBOA

Os espectáculos do grupo da Marinha soviética realizados no Coliseu dos Recreios têm constituído extraordinário êxito e um exemplo extraordinário das possibilidades abertas pelo intercâmbio cultural com os países socialistas. Os marinheiros de Sebastopol puderam sentir no entusiasmo dos milhares de pessoas que os têm aplaudido o interesse do povo português pela realidade que é a União Soviética, o carinho com que Portugal recebe os povos de que o fascismo quis afastá-lo. Ontem, os camaradas soviéticos visitaram o nosso Centro de Trabalho em Lisboa, onde se viveram horas de grande convívio e animação, incluindo um mini-espectáculo improvisado

UNIDADE SINDICAL

Diversas organizações partidárias têm ultimamente tomado posição acerca das perspectivas dos sindicatos em Portugal. Alguns sectores têm mesmo manifestado dúvidas e formulado críticas ao desenvolvimento verificado no campo do trabalho após o 25 de Abril, nomeadamente em nome de uma «liberdade sindical», de um «pluralismo sindical» — perspectivas que os trabalhadores têm de encarar e estudar.

Curiosamente, as críticas mais acerbas ao «monolitismo político» dos sindicatos e da Intersindical provêm exactamente de **partidos políticos** que, aliás, pouco se interessaram pelos sindicatos antes do 25 de Abril. O que não deixa de ser estranho! Na verdade, mesmo que se verificasse qualquer preponderância de carácter ideológico no seio dos sindicatos, não parece que a crítica a tal preponderância pudesse partir de organizações ideologicamente bem definidas: tais críticas significam — estas sim — uma clara intromissão na independência unitária dos sindicatos e mais ainda quando visam fragmentações orgânicas no campo sindical em nome de pluralidades políticas ou ideológicas.

Os sindicatos desde sempre se têm definido como estruturas largamente unitárias, abertas aos trabalhadores de todos os quadrantes políticos. É evidente que a condução da política sindical pode ser encarada de várias perspectivas e à definição destas não é alheia a óptica política. Mas o que não se vislumbra é como é que de diferentes ópticas políticas pode resultar a perspectiva de diferentes organizações! É evidentemente muito mais fácil edificar um sindicato paralelo na base da óptica x ou y do que tentar ganhar para ela as massas nos sindicatos que desenvolvem já o seu trabalho, que constituem já importantes meios de defesa dos interesses das classes trabalhadoras. Mas essa facilidade pagá-la-ão os trabalhadores muito caro pela divisão que traz, pela dispersão de esforços que produz. Para tais manobras se exige vigilância.

É sobre este problema que a intersindical — que representa neste momento já mais de dois milhões de trabalhadores — publicou um documento que, pelo interesse que se reveste, «Avante!» transcreve na íntegra.

(NA PÁG. 4)

ELEIÇÕES LIVRES E LEI ELEITORAL

(Continuado da 1.ª pág.)

do local e da fiscalização do acto eleitoral. O PCP opõe-se firmemente ao recenseamento não controlado e defende que os emigrantes só possam exercer o direito de voto no território eleitoral, isto é, em Portugal (Continente e Ilhas).

A eventual admissão que o recenseamento e o voto pudessem ter lugar nas embaixadas e consulados (embaixadas e consulados onde além do mais o saneamento não começou sequer) conduziria inevitavelmente a verdadeiras fraudes que os democratas têm o dever de prevenir e evitar.

Além do mais, se se admitisse que os emigrantes se recenseassem e votassem no estrangeiro, como poderiam ser esclarecidos acerca dos problemas e dos candidatos? Será de admitir que no Brasil, por exemplo, a campanha eleitoral sem possibilidades de contactos dos candidatos com os eleitores, sem liberdades democráticas, com interdição da actividade dos comunistas, as «eleições» portuguesas decorressem nos consulados e fossem consideradas livres? Um tal caminho seria o caminho de uma verdadeira deturpação da vontade popular, susceptível de pôr em causa a genuinidade democrática das eleições para a Assembleia Constituinte.

O PCP chama solenemente a atenção para o carácter antidemocrático, o perigo real que tais ideias poderiam significar se aceites na legislação.

Candidatos e partidos

Ao sufrágio universal deverá corresponder a concessão ao maior número de portugueses da possibilidade de serem eleitos. Em princípio, deveriam poder ser eleitos todos aqueles que podem votar. Mas dadas as funções a desempenhar e a conjuntura política pode explicar-se a exigência de um mínimo de 21 anos e de saber ler e escrever. Exigências que fossem além disso seriam manifestamente excessivas.

Naturalmente que os partidos deverão ter o direito de apresentar candidatos. A lei relativa aos partidos não é porém ainda conhecida e não se sabe pois ainda que condições serão exigidas para a constituição dos partidos.

Quaisquer, porém, que venham a ser as disposições da lei, seria de condenar qualquer mecanismo que impossibilitasse associações e movimentos de carácter unitário de concorrerem às eleições. Sabemos que há quem pretenda eliminar o Movimento Democrático Português de uma tal possibilidade. Se tal concepção viesse a ter reflexos na Lei Eleitoral teria de considerar-se uma medida discriminatória que não primaria pelo espírito democrático.

Se, como alguns defendem, fossem permitidas candidaturas de «independentes» e proibidas candidaturas de movimentos unitários, seria caminho aberto para a política do caciqueirismo e para os cozinhados de votações. Mau prenúncio para o futuro democrático do País.

A Lei Eleitoral não deve ser elaborada com critérios subordinados a cálculos de votações eventuais para tal ou tal partido, mas segundo critérios de verdade, seriedade e autenticidade da expressão da vontade popular.

Se isto não for tido em conta, corre-se o risco de virmos a ter, não aquelas eleições livres, sérias e dignas, pelas quais o povo português e as forças democráticas portuguesas lutaram ao longo de anos, mas umas eleições de contestável democratismo. Corre-se o risco de virmos a ter, não aquela Assembleia Constituinte, verdadeira expressão da vontade nacional que os portugueses reclamaram ao longo da noite da tirania fascista, mas uma deformada representação do sentido, do pensar e do crer da maioria dos portugueses. Corre-se o risco de virmos a ter, não uma Constituição que institua um regime verdadeiramente democrático escolhido pelo próprio povo, mas uma Constituição que institua um sistema de democracia formal condenado ao rápido descrédito e à contestação.

É assim tempo de evitar que a Lei Eleitoral venha a ser uma lei elaborada segundo critérios de cálculo eleitoralista. Pode ainda vir a ser aquela lei clara e nítida em que o povo português veja estabelecidos os termos e as formas de escolher livremente os candidatos e, através deles, a Constituição e o regime que entenderem.

O PCP luta e lutará serena mas firmemente para que este resultado seja alcançado.

PARA CONSTRUIR O FUTURO COMO PAÍSES LIVRES E IGUAIS

O início da transmissão de poderes para a Frelimo, em Moçambique, a entrada da República da Guiné-Bissau na ONU, e a iminente tomada de posse do Governo de Transição de Moçambique — são os grandes acontecimentos que, nestes dias, estão marcando o desenvolvimento do processo de descolonização.

Isto não significa que o problema colonial esteja já resolvido. Não o está em Angola, onde grandes esforços serão ainda necessários para encontrar e aplicar as formas de transmissão dos poderes ao movimento de libertação. Também em relação a Moçambique (o motim reaccionário de Lourenço Marques provou-o) impõe-se grande vigilância e resposta pronta, para barrar caminho a todas as tentativas ainda possíveis para fazer voltar atrás o processo de descolonização. *A grande manifestação da semana passada de apoio à Frelimo e contra as manobras da reacção, organizada pelo Comité Local de Lisboa do PCP, foi uma grande acção política* nesse sentido. Ela foi *uma demonstração da decisão das massas de lutar firmemente contra qualquer tipo de actividades contra-revolucionárias, foi uma nova manifestação do firme espírito de solidariedade e apoio dos comunistas aos movimentos de libertação, foi uma expressão do apoio do povo português à política de descolonização corajosamente seguida pelo Governo Provisório.*

O convite feito pelo PAIGC às organizações democráticas portuguesas para participarem, no próximo dia 24, nas comemorações que, em Madina do Boé, vão assinalar o 1.º aniversário da proclamação da República da Guiné-Bissau e a total libertação do seu território, assim como a criação, em Portugal, da Associação de Amizade Portugal-Guiné surgem, neste quadro geral, como expressões concretas, altamente valiosas, do reforço das relações de amizade entre os dois povos, na nova era das relações entre Portugal e a Guiné. Também em Moçambique, nas patrulhas conjuntas de tropas da Frelimo e das Forças Armadas portuguesas que montam defesa contra as provocações reaccionárias e colonialistas, encontramos uma expressão da vontade comum do povo português e do povo moçambicano de resolver definitiva e rapidamente os problemas do fascismo e do colonialismo, num espírito de igualdade e respeito mútuo.

Na Guiné e em Moçambique já se demonstrou que o problema colonial pode ser resolvido. Pode ser resolvido, tal como o PCP sempre afirmou, na base do reconhecimento e aplicação do direito dos povos à independência, na base das negociações francas com os movimentos de libertação que representam os povos respectivos, na base do respeito mútuo. No problema de Angola também os caminhos a percorrer deverão ter em conta estes princípios, cuja aplicação tão brilhantemente permitiu dar passos históricos num breve espaço de tempo, em relação à Guiné e Moçambique.

Para o povo português, entretanto, além da continuação da activa participação e apoio em relação a esse processo de liquidação das relações coloniais — um grande campo de actividade se impõe, para estabelecer de forma concreta os novos laços que a libertação torna possíveis com os povos que têm estado submetidos ao colonialismo português. Laços de amizade, laços de cooperação, laços de ajuda mútua. Iniciativas em todos os campos. No domínio da técnica e da economia como no campo cultural e artístico. Pela via dos organismos oficiais do Estado português como pela via das organizações de massas, das forças políticas, das entidades culturais e sociais. Um largo trabalho pode ser agora desenvolvido nessa direcção. Trabalho que nos ajudara a enterrar na História ódios e desconfianças gerados pela exploração colonial e por uma guerra injusta. Esforços que nos permitirão dar fraternalmente as mãos aos povos que se libertaram, para construirmos um futuro novo, nos nossos países livres.

A «REVISTA INTERNACIONAL» AGORA EM PORTUGUÊS

Vai iniciar-se a publicação, em língua portuguesa, da REVISTA INTERNACIONAL, revista teórica e informativa dos Partidos Comunistas e Operários.

Debruçando-se sobre os problemas da PAZ e do SOCIALISMO no mundo dos nossos dias, exprime a maneira como os Partidos Comunistas encaram esses problemas e dá a conhecer a actividade que desenvolvem para os resolver. É, assim, um poderoso factor de reforço do movimento comunista internacional e permite que a experiência por este acumulada vá enriquecer a actividade prática e teórica de cada partido na realização das suas tarefas revolucionárias.

Deste modo, a REVISTA INTERNACIONAL é uma importante arma na luta que os Partidos Comunistas travam, à luz do marxismo-leninismo, pela instauração da democracia, pela libertação nacional, pela construção do socialismo e pela coexistência pacífica entre Estados de regimes sociais diferentes.

É neste contexto, em que se aviva a luta ideológica e aumenta a sua importância, que se insere a publicação da REVISTA INTERNACIONAL, editada em duas dezenas de línguas e agora, também, na portuguesa.

Editorial

(Continuado da 1.ª pág.)

perialismo americano contra os povos livres e independentes, tenham reivindicado a continuação dos auxílios do Estado às suas actividades em certos países, entre os quais Portugal.

A existência de centrais internacionais de diversão ideológica já denunciada pelo «Avante!» é uma verdade que não pode ser contestada.

Que os ingénuos não se iludam. A furiosa campanha anticomunista desencadeada pelas forças reaccionárias esconde objectivos muito mais vastos: abrir caminho à contra-revolução e ao regresso ao fascismo, mergulhar Portugal num banho de sangue, reeditando a aventura chilena, amarrar o País de pés e mãos aos interesses dos monopólios. Nem lhes faltaria mesmo uma grevezinha dos transportes rodoviários, à boa maneira da reacção no Chile

Mas as forças da contra-revolução jogariam uma má cartada se se lançassem abertamente em alguma aventura. Com serenidade e cabeça fria, mas com firmeza e decisão, teriam pela frente forças que esmagariam todas as suas veleidades de desforra.

Medidas de certo alcance foram já promulgadas pelo Governo Provisório. A proibição do «Partido Nacionalista» e a suspensão de várias folhas reaccionárias de confessa inspiração fascista, certas outras formas de saneamento e depuração do aparelho de Estado são passos positivos para travar com êxito o caminho da reacção.

A campanha de diversão e de agressão ideológicas e a conspiração aberta das forças derrotadas pelo movimento do 25 de Abril colocam, de facto, exigências imediatas de lhes cortar o passo.

Impõe-se uma vigilância popular aguçada (a concentração de populares frente à esquadra da Praça da Alegria exigindo o castigo dos agressores fascistas contra dois democratas é mais um exemplo a realçar). Mas medidas mais enérgicas devem ser encaradas. É preciso que os conspiradores fascistas sejam impedidos de se organizarem, de conspirarem, de fazerem aberta propaganda contra o MFA, o processo de democratização nacional, as forças democráticas. É preciso terminarem de vez benevolências e protecções inadmissíveis.

Actos como os da libertação de refinados fascistas como Moreira Baptista, Silva Cunha e Cazal Ribeiro comprometem a justa política de saneamento e depuração já iniciada pelo MFA e pelo próprio Governo Provisório.

Os conspiradores reaccionários contam com fortes apoios: os do poder do dinheiro e dos monopólios, e os da parte mais retrógrada e obscurantista do clero, aliás desautorizada pela hierarquia, das zonas rurais mais atrasadas. Podemos e devemos enfrentar com confiança os perigos da contra-revolução. Existem forças capazes de partir os dentes à reacção e impor-lhe uma severa derrota se sobrestimarem as suas possibilidades e por erro de cálculo se atreverem a tentar um golpe.

Na presente conjuntura, e de maneira cada vez mais imperiosa, impõe-se a vigilância e a unidade das massas populares e das forças democráticas, o reforço da aliança do movimento popular com o MFA.

Com serenidade e confiança nas forças da democracia, com toda a nossa firmeza e decisão, poderemos afirmar:

A reacção será vencida — a democracia triunfará!

A LEI DE IMPRENSA NOVO PASSO PARA A DEMOCRATIZAÇÃO DA VIDA NACIONAL

Os jornais diários inseriram já nas suas colunas o projecto da nova Lei de Imprensa. Surgiram as primeiras opiniões críticas e sugestões sobre este diploma. Iniciar-se-á, em breve, o debate público que se prolongará por um período de quinze dias.

O interesse que despertou o projecto de Lei é francamente favorável. A comissão que o elaborou teve a preocupação de levá-lo, o mais rapidamente possível, ao conhecimento da opinião pública nacional e internacional.

É um objectivo do jornal «AVANTE!» trazer a sua contribuição para análise da presente lei, tendo em conta a função que esta irá exercer na vida política nacional e, ao mesmo tempo, a responsabilidade que nos incumbe como órgão central do Partido da classe operária.

A nova Lei marca, sem dúvida, um progresso sensível na criação de condições que asseguram a marcha do nosso país para a democracia.

Trata-se de um documento responsável que traduz, como se afirma no preâmbulo, «a realidade política que se vive presentemente em Portugal».

Através dele se institucionaliza a liberdade de Imprensa, alcançada com a vitória do 25 de Abril. Põe-se fim a período transitório em que tem vivido a Imprensa portuguesa. Cessa definitivamente a acção da censura e do exame prévio. Alarga-se deste modo o fosso que separa o recente passado fascista do processo democrático em curso.

A liberdade de Imprensa é reconhecida como um direito fundamental dos cidadãos, indispensável à prática da democracia, à defesa da paz e ao progresso político social e económico do País. Nela se insere o direito à informação e a garantia da independência do jornalista, na prática da sua actividade e na isenção de critérios para a análise dos fenómenos políticos.

É lícita a discussão e crítica dos actos dos órgãos de soberania e administração pública, como do comportamento dos seus agentes, como é lícita a discussão e crítica das doutrinas políticas, sociais e religiosas.

Definem-se em condições de liberdade de impressão, distribuição e circulação de quaisquer publicações.

Pela primeira vez na legislação portuguesa se cria um conselho de Imprensa, cujas funções são devidamente especificadas no projecto de Lei e se destinam a salvaguardar a liberdade de Imprensa perante o poder político e os poderes económicos monopolistas; a emitir parecer sobre a política de informação; a pronunciar-se sobre matérias de deontologia profissional do jornalismo, ao mesmo tempo que apreciará as queixas que lhe forem endereçadas sobre a acção da Imprensa.

A composição do conselho de Imprensa, no qual se integram, com uma representação numérica apreciável, os jornalistas e os representantes da opinião pública, estes serão designados, numa base proporcional pelos três partidos políticos com maior representação na Assembleia Legislativa — asseguram validade prática àquele organismo, tendo ainda em conta que ele funcionará como organismo independente junto da Assembleia Legislativa.

O projecto da Lei de Imprensa define as linhas gerais do Estatuto do Jornalismo, no qual se estabelecem normas essenciais para a prática da sua actividade profissional.

No mesmo projecto se assegura aos jornalistas o direito ao segredo profissional, a defesa da sua acção contra os que abusivamente a pretendem lesar ou limitar. A nova Lei concede aos profissionais da Imprensa uma maior participação na vida interna da Redacção, coloca-os ao abrigo de uma prática profissional que lhes garante o direito de poderem cessar a sua actividade caso se verifique uma alteração profunda na linha de orientação do jornal, recebendo a indemnização que lhe é devida por despedimento sem justa causa.

Outros aspectos positivos se inserem ainda no projecto da Lei de Imprensa, entre os quais os que dizem respeito ao direito de resposta e de recusa de inserir publicidade que seja contrária à orientação do jornal.

A prática da liberdade de Imprensa é limitada pelos preceitos da própria lei e daqueles que a lei geral impõe, tendo em conta a salvaguarda da integridade moral dos cidadãos, a defesa do interesse público e da ordem democrática.

Compreende-se que se tomem medidas para preservar as instituições democráticas e a liberdade de Imprensa da acção das forças reaccionárias que se dispõem a acutilá-las. Estes não renunciarão a servir-se da liberdade alcançada em 25 de Abril para fazer regressar o País aos indesejáveis tempos da dominação fascista.

O projecto de Lei anuncia medidas tendentes a colocar a Imprensa ao abrigo das forças monopolistas e do poder político. Trata-se ainda de um enunciado que poderá concretizar-se melhor, através da actividade do Conselho de Imprensa, que irá encarregar-se de preparar a legislação antimonopolista, neste domínio específico.

As forças monopolistas detêm ainda fortes posições na Imprensa. Daí resultam incidências que não podem ser ignoradas nem subestimadas na actividade política do nosso País porque são um factor impeditivo de uma prática real da liberdade de Imprensa e incidem negativamente na vida quotidiana dos jornais de grande circulação.

A nova Lei de Imprensa põe fim às medidas administrativas, aos abusos da autoridade, que fizeram caminho durante o regime fascista. Os abusos da liberdade de Imprensa estão sujeitos à acção exclusiva dos tribunais comuns de jurisdição ordinária.

A lei de Imprensa, na parte respeitante ao processo criminal, ao processo judicial, às penalidades é excessiva e talvez desnecessariamente pormenorizada. Esperamos que o Código do Processo Penal que se projecta renovar possa assimilar esta parte da Lei de Imprensa, reduzindo-a a articulados essenciais condenatórios de abusos da liberdade de Imprensa.

O debate público que vai iniciar-se trará grandes vantagens ao actual projecto. Irá sem dúvida valorizá-lo, aperfeiçoando alguns dos seus articulados, vencendo erros, lacunas ou deficiências, de modo a permitir que a Lei de Imprensa corresponda às coordenadas políticas do momento que vivemos, às aspirações legítimas do povo e das forças antifascistas que estão sinceramente interessadas na prática das liberdades públicas, como estão sinceramente interessadas na instauração da Democracia no nosso País, em estreita correspondência com a vontade popular.

TRAVAR A REACÇÃO OBJECTIVO PRIORITÁRIO

O actual processo de democratização continua a desenvolver-se em ritmo satisfatório e há boas razões — a menor das quais não é, certamente, os êxitos recentes na política de descolonização — para acreditar na possibilidade efectiva de construção de um Portugal democrático, pacífico e independente.

Entretanto, o processo em curso caracteriza-se pela sua irregularidade, pelos avanços e recuos a que as forças democráticas são obrigadas. A situação é extremamente complexa e difícil, e só a ingenuidade ou os interesses suspeitos poderão pretender que se caminhe em linha recta para a frente.

Impedir a contra-revolução

A verdade é que a batalha entre as forças democráticas e as forças reaccionárias ainda não está ganha. Os perigos e as dificuldades saltam de todos os lados, e se é certo que há motivos para ter confiança no futuro, não o é menos que a minimização desses perigos e desses obstáculos poderá comprometer definitivamente o processo de democratização.

Impõe-se a todo o momento uma análise cuidada da situação, a ponderação dos factores favoráveis e desfavoráveis às forças democráticas, a distinção do que é essencial e do que é secundário. Só assim será possível caminhar com segurança, definindo globalmente e em cada caso os objectivos de luta.

No momento presente, não podem restar dúvidas de que o objectivo prioritário a alcançar é a derrota definitivas das forças da reacção, impedindo a todo o custo o êxito das suas tentativas para criar as condições favoráveis à contra-revolução.

Avanço preocupante

Com efeito, surpreendida em 25 de Abril, hesitante nos dias seguintes, progressivamente arrogante à medida que as semanas passavam, a reacção lançou-se agora decididamente ao ataque, disposta a por todos os meios impedir o progresso do movimento popular e a adopção das medidas necessárias à consolidação da democracia.

Este preocupante avanço da reacção faz-se em várias frentes. São mais ou menos conhecidas a recomposição de «partidos» clara ou encapotadamente fascistas, a criação de outros (o mais recente dos quais, no Porto, à base de legionários!), a divulgação de comunicados e palavras de ordem deles emanadas em que o teor reaccionário e fascizante ressalta à vista desarmada.

Menos conhecidos, porém, são os casos aparentemente isolados, que aqui e ali, se passam por quase todo o País. Vejamos alguns.

Em Ponte de Sor, no dia seguinte a um comício do nosso Partido ali realizado, as paredes apareceram com inscrições já bem conhecidas, tais como PCP=fascismo e o **comunismo é pior que o fascismo.**

No Alentejo, nomeadamente nos arredores de Évora, grandes agrários e conhecidos fascistas reúnem-se secretamente em diversas herdades.

No Porto, um patrão insulta e tenta agredir um dirigente do Sindicato dos Caixeiros que se deslocara ao estabelecimento acompanhado por um delegado do Instituto Nacional do Trabalho, a fim de procurar sanear as condições de trabalho; o referido patrão disse que os sindicatos eram **um bando de malandros, responsáveis pelas gatunagens que por aí vão,** acentuando que **antes do 25 de Abril nada disto acontecia...**

Em Setúbal, democratas escutam num café uma conversa na qual se planeia deitar fogo ao centro de trabalho local do nosso Partido.

Numa povoação próxima de Castelo Branco, durante uma festa popular, é lido aos altifalantes, com o beneplácito do padre local, um texto calunioso contra o PCP e o PS.

No concelho de Cascais, são distribuídos textos visando impedir que elementos do PC do PS e da CDE «tomem conta» das juntas de freguesia.

Vigilância e denúncia

Exemplos como estes poder-se-iam multiplicar. Eles surgem de Norte a Sul e a semelhança de processos e objectivos indica tratar-se de uma operação comandada, cuja finalidade evidente é criar dificuldades à democratização, impedir a destruição total da máquina fascista, possibilitar, enfim, no momento oportuno, o regresso ao fascismo.

Não pode causar estranheza nem é por acaso que nós, os comunistas, e não outros, sejamos os principais alvos de todos estes ataques. Mas é preciso ter em conta que, no fundo, são todas as forças democráticas que estão em causa. Que não haja ilusões a este respeito.

A luta contra a reacção terá que travar-se em várias frentes. A nível das decisões políticas e administrativas, do saneamento, etc. Mas também ao nível da vigilância e da denúncia populares, ao nível da actuação quotidiana de cada operário, cada trabalhador, cada democrata. É preciso que todos estejamos bem conscientes de que a construção da democracia em Portugal terá que ser obra colectiva, resultante do esforço conjugado de todos e cada um, e actualmente vencendo — com os meios a que as forças democráticas sejam obrigadas a recorrer — a resistência das forças derrotadas em 25 de Abril.

Estar atento às manobras da reacção, denunciar prontamente as suas arremetidas, enfrentá-las com serenidade, mas também com coragem e decisão, são obrigações de todos nós, todos os que verdadeiramente queremos enterrar definitivamente o fascismo e instaurar entre nós uma democracia sólida, um Portugal próspero, pacífico e independente.

«RUMO À VITÓRIA» PREÇO: 65$00

ÁLVARO CUNHAL

Desejo que me enviem ..... exemplares do livro «Rumo à Vitória — as tarefas do Partido na Revolução Democrática e Nacional».

NOME .....

..... PROFISSÃO .....

MORADA .....

Recorte e envie para JORNAL «A OPINIÃO» — R de Serpa Pinto, 162 — PORTO

Para evitar despesas de cobrança, agradecemos que o pedido seja acompanhado da importância respectiva.

LÊ · ASSINA · DIVULGA

a opinião

REDACÇÃO: R. SERPA PINTO, 162 · PORTO · TELEF. 487959

LÊ E ASSINA

Avante!

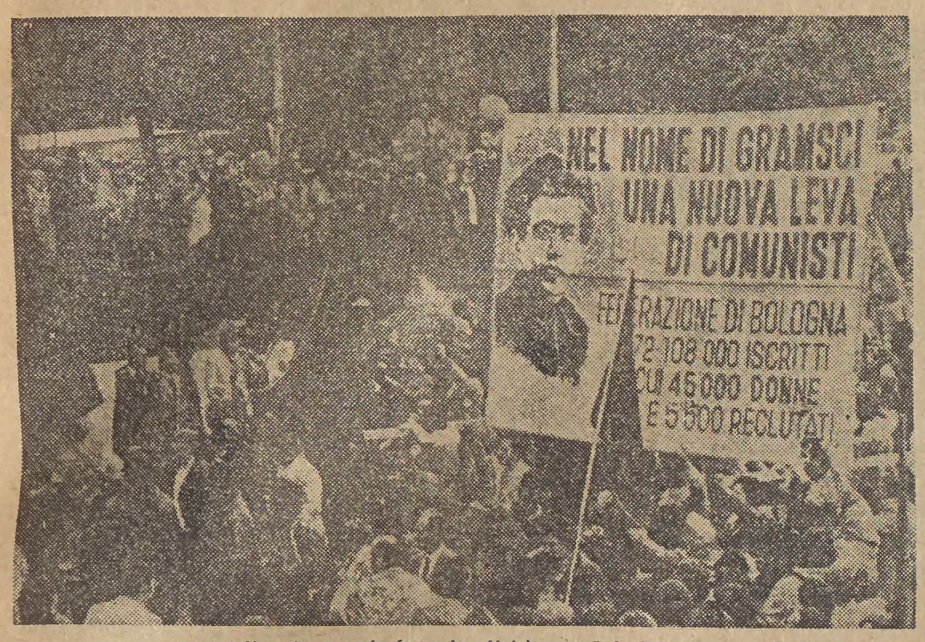
Orgão Central do Partido Comunista Português

Remete ao "Avante!" - Av. António Serpa · 26 · 2º Esq. - Lisboa · 1

Nome _____

Morada _____

Localidade _____



Uma imagem da festa do «Unità» em Bolonha

FESTA NACIONAL DA «UNITÁ»

COMUNISTAS DE TODO O MUNDO

NUMA GRANDE JORNADA DE FRATERNIDADE

Em 6500 locais de Itália (cidades, vilas, aldeias e bairros) decorreu, entre 1 e 15 deste mês, a grande Festa da Unitá, iniciativa anual do Partido Comunista Italiano. Este ano, o PCI escolheu Bolonha, pela sua tradição de luta antifascista e pela forte implantação comunista para centro da festa nacional.

Situada na Emilia Romagna, província italiana que, pelo seu passado de luta democrática, é conhecida por Emilia Rossa (Vermelha), Bolonha foi o cenário ideal da grande festa popular promovida pelo PCI. Numa das suas praças principais, a Piazza de la Rezistenza, ainda hoje se podem ver espalhados pelos muros de tijolo amplos painéis cobertos com as fotografias a esmalte das vítimas do nazi-fascismo durante o período da guerra. Famílias inteiras de antifascistas foram sumariamente executadas em locais que a memória popular reteve quase religiosamente. Muitos deles eram militantes comunistas. Alguns não tinham mais de vinte anos, mas pagaram com a vida a sua coragem e a sua firmeza revolucionária. Muitos anos passaram sobre a data em que estes crimes foram impunemente cometidos e os fascistas voltam ao ataque. Uma poderosa carga explosiva colocada no comboio «Italicus» que seguia na direcção Florença-Bolonha causou doze mortes. O povo de Bolonha desceu à rua e com bandeiras vermelhas e cartazes na mão protestou contra o tenebroso atentado fascista. Manifestou, ainda, o seu inequívoco desejo de se manter vigilante, de anular todas as tentativas da reacção para bloquear a luta democrática.

Por tudo isto, a cidade de Bolonha foi, neste momento, o local mais adequado para se realizar a festa nacional.

Por outro lado, no momento em que se comemora o 50.º aniversário do jornal «Unitá», órgão central do PCI, e o 10.º da morte de Palemino Togliatti, que foi secretário-geral do Partido, Bolonha, palpitante de vida, juventude e combatividade, foi o cenário ideal para a grande festa popular.

Para quem, antes de chegar a Bolonha, fez escala noutras cidades, como foi o nosso caso, uma nota importante foi a solidariedade do PCI para com a jovem democracia portuguesa, manifestada em centenas de cartazes espalhados pelas paredes das cidades mais importantes.

Conscientes de que a luta contra a reacção e a frontal oposição às sabotagens fascistas cria entre Portugal e Itália uma plataforma importante de diálogo e fraternidade, os italianos receberam todo o que chegava de Portugal com entusiasmo e amizade.

Grande festa popular

A realização da Festa custou ao PCI algumas dezenas de milhar de contos. Essa quantia será parcialmente recuperada através de dezenas de iniciativas que têm lugar no âmbito da Festa.

Todo o trabalho é realizado por centenas de militantes que, fazendo coincidir o seu tempo de férias com a Festa, se colocaram inteiramente à disposição do «comité» organizador, dando conta de todas as tarefas, mesmo das mais ingratas e morosas, sempre com uma óptima disposição.

Juventude e fraternidade revolucionária foram as notas dominantes desta grande festa. O visitante apercebia-se delas nos mais ínfimos por menores: na alegria de todos os camaradas de serviço nos «stands»; no ritmo impressionante a que todas as iniciativas se desenvolviam.

O PCI conta, actualmente, com um milhão e seiscentos mil aderentes, esperando os camaradas responsáveis que este número se aproxime, dentro de algum tempo, dos dois milhões.

A avaliar pelo entusiasmo com que o recinto da Festa era visitado diariamente por milhares de pessoas, é de crer que a previsão se concretize.

Um avançado circuito interno de televisão, montado pela Unitelefilm, cooperativa cinematográfica ligada ao Partido, assegurava em todos os pontos da Festa, desde os restaurantes às barracas de tiro, a cobertura de todas as iniciativas de carácter cultural e artístico.

A comitiva artística do PCP, constituída pelos camaradas Luísa Basto, Carlos Paredes, José Jorge Letria e Fernando Alvim, por exemplo, nas suas actuações na Festa, foi acompanhada em todo o recinto, através deste circuito interno de televisão.

Por outro lado, a cargo da ARCI e da VISP, organizações culturais ligadas ao PCI, realizavam-se diariamente colóquios, mesas-redondas e conferências com grande adesão popular.

Representações artísticas da URSS, da Polónia, da Somália, de Cuba e da Coreia, entre outras, foram vistas em todo o recinto da Festa, através daquele eficiente circuito.

Entre as realizações de carácter político que tiveram lugar no âmbito da Festa, destacamos um comício com Gladys Marin, dirigente da Juventude Comunista Chilena, e o discurso de encerramento do camarada Enrico Berlinguer, secretário-geral do PCI.

O «stand» do «Avante»

A entrada de Portugal na via democrática, com a vitória do Movimento das Forças Armadas em 25 de Abril, suscitou da parte de todos os meios democráticos uma grande curiosidade relativamente à luta do Povo Português.

Por outro lado, o prestígio do Partido Comunista Português, adquirido junto dos partidos comunistas de todo o mundo, em virtude da firmeza dos seus militantes, nos anos duros da clandestinidade fez com que o «stand» do jornal «Avante» fosse visto com grande atenção e curiosidade pelos visitantes.

Idêntica curiosidade levou o público a assistir a um interessante documentário sobre Portugal após o 25 de Abril, realizado por elementos da Unitelefilm. O filme foi muito aplaudido e comentado.

Por seu turno, a representação artística portuguesa, nas suas várias actuações em Bolonha e noutras cidades, concitou também as atenções gerais, destacando-se um acolhimento entusiástico à grande rubrica do camarada Carlos Paredes.

Com grande entusiasmo foram igualmente apreciados por todo o público o pavilhão da Coreia do Norte, convidado de honra do PCI este ano, o pavilhão da URSS e o pavilhão Lenine.

Notável pela imagem que nos dá do grande avanço tecnológico, cultural e económico do país, o pavilhão da URSS foi seguramente um dos mais visitados.

No pavilhão Lenine, o visitante tinha o ensejo de contactar, através de documentos autênticos e de objectos pessoais do grande dirigente soviético, com um período decisivo da História da Humanidade.

Em próxima crónica referir-nos-emos mais directamente à parte artística do festival e à actuação do grupo do PCP na Festa da Unitá.

O pavilhão do «Avante!» na festa de «L'Humanité» foi um dos locais mais concorridos pelos milhares de visitantes

A FESTA DE «L'HUMANITÉ»

GRANDE MANIFESTAÇÃO POLÍTICA E INTERNACIONALISTA DO PCF

A festa anual de «L'Humanité» é já habitualmente uma grande afirmação da força e influência do Partido Comunista Francês e um ponto de encontro da imprensa revolucionária internacional.

Nos dias 7 e 8 de Setembro teve lugar mais uma — a mais importante de sempre — nos campos da Courneuve.

Cerca de um milhão de franceses e um grande número de estrangeiros puderam avaliar dos progressos, da vitalidade política e da projecção nacional do PCF. «Stands» e delegações de toda a parte da França aí trouxeram a sua força e o seu colorido. Era uma festa — mas não só.

Naqueles dois dias, mais de 5600 franceses e francesas aderiram ao PCF e massas de jovens de ambos os sexos inundaram os locais de diversão e de manifestação política numa impressionante parada de juventude.

No dia 7, num grande comício de mais de 200 000 pessoas, a voz de Etiene Fajon fez-se ouvir. As grandes tarefas e realizações do PCF e de «L'Humanité» foram abordadas com o brilho e a profundeza dum prestigioso dirigente e jornalista comunista francês.

Durante a festa, milhares de franceses puderam dialogar com o Comité Central do Partido, abordando os mais diversos temas da vida nacional e da política do PCF.

Este ano, uma valiosa exposição dedicada à escola impressionista recolheu dezenas de milhares de visitantes que formavam constantemente longas bichas. Quase com o mesmo interesse outra exposição mostrava a evolução da ciência e alguns dos seus aspectos actuais, tudo isto comentado por especialistas membros do PCF. Numa grande «cidade do livro», escritores dos mais conhecidos pelo valor universalista da sua obra puderam conviver com os seus leitores.

O «Avante!», mais uma vez, esteve representado na festa de «L'Humanité». Este ano, pela primeira vez legal, pudemos verificar como o nosso jornal e o nosso Partido é acarinhado não só pela massa dos emigrantes portugueses como pelos trabalhadores e intelectuais franceses.

Uma delegação do nosso jornal composta pelo director do «Avante!» e Ivone da Conceição Dias deslocaram-se à festa a convite dos organizadores por quem foram carinhosamente recebidos.

Num diálogo com a assistência, avaliada em mais de 2000 pessoas, o director do «Avante!» respondeu a perguntas incidindo sobre a nova situação em Portugal e a política do PCP.

A nossa delegação foi igualmente convidada a visitar vários sectores e secções do PCF onde pôde igualmente expor e debater aspectos relativos à situação política e económica em Portugal e da posição do nosso Partido e doutras forças democráticas na conjuntura actual.

No recinto da Courneuve esteve igualmente um belo «stand» dos democratas portugueses residentes em França que registou uma afluência notável e significativa.

Enfim, uma grande jornada política do PCF e de «L'Humanité» e uma grande manifestação de internacionalismo proletário.

O legado de um combatente

BENTO GONÇALVES FORJOU UM PARTIDO DE TIPO NOVO — O PCP

Foi há 32 anos que o crime se consumou. A 11 de Setembro de 1942 falecia no campo de concentração do Tarrafal, na ilha de Santiago, no arquipélago de Cabo Verde, o camarada Bento Gonçalves. Vitimara-o uma biliosa. Na aparência não havia traço de crime. Na realidade o assassínio consumou-se. Foi organizado com premeditação num campo de extermínio. Os métodos de morte lenta substituíram os fuzilamentos e os fornos crematórios dos campos de concentração nazis. A escola era a mesma. Frequentaram-no, com conhecimento público, os carrascos da PIDE. Aprenderam com a Gestapo, nos cursos de torturas e de assassínio, a arte de matar sem deixar traço.

Tarrafal — o campo da morte lenta

O Tarrafal entrou na história da ditadura. É uma acusação gritante, que envolve a perda de dezenas de vidas humanas, de homens submetidos a trabalhos forçados a castigos violentos, a perseguições sistemáticas, depauperantes, que se conjugavam com a acção criminosa de um médico, que era, ele também, um elo da cadeia infernal preparada pelo fascismo, para a liquidação impiedosa de muitas vidas humanas.

Falta ainda desvendar ao grande público a tragédia do campo de concentração do Tarrafal. Os processos tenebrosos, ardilosa ou brutalmente preparados, roubaram a vida a Bento Gonçalves, a Alfredo, Caldeira, Mário Castelhano Arnaldo Simões Januário e a quantos outros!

Falta ainda desvendar essa trama de crimes e violências, que acompanhou a noite de suplício que se abateu sobre a Europa, quando as botas nazis soavam nas ruas de Paris ou de Bruxelas e o fascismo português exultava na esperança de uma vitória completa dos seus comparsas sobre os países aliados e os povos oprimidos, mas ansiosos de liberdade.

Com a morte de Bento Gonçalves, o Partido perdeu um dirigente destacado, um obreiro firme, uma elevada figura de combatente.

O filho de camponeses descobre os caminhos da luta

Nasceu a 2 de Março de 1902. Seus pais eram camponeses. Pôde ainda concluir o curso de instrução primária. Aos 13 anos iniciou a sua vida de trabalho. Tornou-se aprendiz de torneiro de madeiras numa oficina do Bairro da Sé, em Lisboa. Três anos depois abandonou o torno de madeira e escolheu a profissão de torneiro mecânico. O desejo de saber foi uma marca da sua personalidade. Aliou a ela uma inteligência de excepção. Frequentou a escola industrial Afonso Domingues ao mesmo tempo que labutava como arsenalista. Posteriormente tirou o curso de pilotagem, mas não abandonou a sua actividade profissional no Arsenal de Marinha.

Bento fez-se notar pelas suas qualidades de inteligência, pelo seu carácter, pelas relações fraternas que estabeleceu com os seus companheiros de trabalho. Num ambiente de fortes tradições revolucionárias, Bento foi rapidamente assimilado pelo meio. Elegeram-no dirigente do Sindicato do Arsenal de Marinha. A sua actividade permitiu rápidos progressos a este centro de luta operária. Desenvolveu a biblioteca, onde ele também labutou com desvelo de trabalhador consciente.

Em 1927 Bento participa numa delegação de operários arsenalistas que visita a União Soviética. Assiste às comemorações do 10.º aniversário da Revolução Socialista de Outubro. De regresso pede a sua adesão ao Partido Comunista. Integra-se nele através da célula do Arsenal. As suas qualidades naturais dão-lhe condições para agir sobre uma situação anormal que se desenvolvia no interior do Partido. Em 1929 participa no trabalho de reorganização, que havia de fazer sair o Partido da apatia, do oportunismo e do sectarismo em que se encontrava, em consequência de um labor político que isolava o Partido das massas e ameaçava estiolá-lo.

Dois anos depois é preso, em consequência da sua actividade revolucionária. Era já então secretário-geral do Partido, cargo para que fora eleito apenas com 27 anos.

Foi deportado para os Açores e dali segue para as ilhas de Cabo Verde, donde regressou em 1933, para se reintegrar na luta e ajudar o Partido a avançar.

Em 1935, participou no VII Congresso da Internacional Comunista. Em 11 de Novembro desse mesmo ano é novamente preso. Havia pouco tempo que regressara ao País.

Condenado a 4 anos de prisão pelo Tribunal Militar Especial, Bento passa da Fortaleza de São João Baptista, nos Açores, para o campo de concentração do Tarrafal, onde chegou a 29 de Outubro de 1936, no fundo dos porões do velho paquete «Luanda», com perto de 200 presos político. Ia começar o dramático capítulo da sua vida, o final da sua generosa luta.

A época que ditou a criação de um Partido de tipo novo

O fascismo instalara-se em Portugal. O ano de 1926 marca o início da viragem. As exigências capitalistas, a crise económica, o descrédito do regime parlamentar, a acção do movimento da classe operária, as suas debilidades ditaram a alteração de forças. Em vez do regime parlamentar burguês, a ditadura terrorista do capital financeiro, dos grandes agrários e das forças imperialistas.

Em 1928 a situação agudizou-se. A crise interna juntou-se a crise do sistema capitalista à escala internacional. As massas trabalhadoras deviam pagar o seu pesado tributo. Aumentou o desemprego. Cresceu a exploração. Diminuiu o poder de compra do povo. A crise da agricultura aumentou de volume.

Numa fase de crise capitalista, o movimento operário português encontrava-se em situação de recuo, na defensiva. Tocava-o o marasmo político, a inacção quase completa. A CGT, a central sindical influenciada pelos anarco-sindicalistas perde a direcção do movimento operário. Aguarda melhores dias. Fomentam-se ideias oportunistas e de colaboração de classes. Sectores de trabalhadores são colocados sob a influência dos conspiradores dos golpes de Estado, que não se concretizam sequer. As tentativas para vitalizar o pequeno Partido Comunista não têm sucessos palpáveis.

Os trabalhadores careciam entretanto de uma vanguarda de luta, capaz de dirigi-la no novo quadro social criado pela ditadura. Era necessário fazer face à reacção e elaborar uma linha política justa.

Para construir uma verdadeira vanguarda revolucionária, um partido do proletariado apto às grandes batalhas de classe, impunha-se dar combate ao oportunismo, às formas sectárias, ao doutrinarismo estéril, ao «esquerdismos» sem princípios, à expectativa política, à demagogia fascista que tentava ganhar influência entre a classe operária.

Bento Gonçalves

Forja-se o Partido da classe operária Bento é o seu principal obreiro

Cabe a Bento Gonçalves e a um grupo de operários arsenalistas a honrosa tarefa de criar o Partido de tipo novo. Na conferência de Abril de 1929 assinala-se apenas a existência de 40 militantes. Mas os progressos são rápidos. As condições objectivas favorecem grandemente a concretização da tarefa.

Que factores presidem à formação do Partido Comunista, para além daqueles que já enunciámos?

O Partido volta a sua acção para o seio das massas. Liga-se a estas. O trabalho no seio dos sindicatos dá-lhe uma base ampla. Alarga-se às empresas, cria aí as suas células. Dirige as primeiras lutas dos trabalhadores. Lança a campanha contra o desemprego sob as palavras de ordem de «Pão ou Trabalho».

A organização do Partido substitui a discussão abstracta pela actividade concreta, na base das reivindicações imediatas dos trabalhadores.

O Partido compreende o valor da aliança da classe operária com os camponeses. Desenvolve esforços nesse sentido. Conduz as primeiras lutas neste sector.

O Partido cria a sua Imprensa própria, o seu órgão central «Avante!», cujo papel de organizador e agitador foi relevante.

Sob a direcção de Bento, o Partido conduz uma dura batalha ideológica contra o «esquerdismo» ou seja contra os anarco-sindicalistas contra o oportunismo de direita, contra a influência desgastadora do espírito pequeno-burguês, contra a subestimação pelos problemas orgânicos.

Bento compreendera o valor da actividade do Partido entre as forças armadas e encaminhara a actividade nesse sentido.

Mercê desta actividade empreendedora e multiforme, o Partido conduz a classe operária à luta. Assegura sucessos notáveis. Denuncia consequentemente a ideologia fascista.

No fogo de uma intensa batalha de classes cria-se o Partido Comunista Português, como um verdadeiro partido marxista-leninista orientado pelos seus princípios, forte pelo apoio das massas pela justeza da sua linha política.

Prestamos aqui homenagem a Bento Gonçalves, ao filho da classe operária, que o temperou nas primeiras batalhas e lhe abriu a via de inúmeros sucessos durante a noite fascista, à frente dos trabalhadores, como sua verdadeira vanguarda de luta como catalisador das melhores energias do povo laborioso, dos operários, dos camponeses, da juventude, das mulheres, dos intelectuais, que o honraram ontem como hoje com a sua adesão, com o seu esforço organizado, com a sua noção de dever, de dever de comunista, de patriotas, de combatentes de uma generosa causa que se propõe a ingente tarefa, a tarefa histórica de transformar o mundo.

Novos livros Estampa

MELMOTH
I e II Vol.
Charles Maturin
Colecção Biblioteca Clássica
Preço 60$00 cada

NEO-FASCISMO E IDEOLOGIA DO DESEJO
Michel Clouscard
Colecção Teses n.º 9
Preço 50$00

PENSAMENTO POLÍTICO II
Umberto Cerroni
Colecção Biblioteca Estampa n.º 10
Preço 70$00

A ORGANIZAÇÃO CIENTÍFICA DO TRABALHO
José M. Vegara
Colecção Biblioteca de Economia n.º 9
Preço 70$00

UM ANO DE FASCISMO NO CHILE
Colecção Práxis n.º 26
Preço 40$00

EDITORIAL ESTAMPA
Rua da Escola do Exército, 9, r/c., dto.
Telefone 555663 - Lisboa 1

SEARA NOVA

N.º DE SETEMBRO
EDITORIAL
OS GRANDES ESQUECIDOS
por R. L.
O EPISCOPADO E O 25 DE ABRIL
depoimentos
A POSIÇÃO DA IGREJA EM CUBA
e ainda, além de outros artigos e a habitual secção De Leste a Oeste,
uma importante entrevista com
FERNANDO LOPES GRAÇA
conduzida por Mário VieiRA DE CARVALHO

NOVIDADE
Reedição de:
DE MAIO A MAIO
TEMAS: GESTÃO, AUTOGESTÃO, COGESTÃO, PARTICIPAÇÃO... RELAÇÕES DE PRODUÇÃO
UM LIVRO PARA A HORA ACTUAL
ÊXITO DA «BIBLIOTECA DE ECONOMIA»
ESC. 50$00
PRELO EDITORA — Rua da Misericórdia, 67, 2.º, E. - Lisboa

ASSINATURAS
Tabela de Preços

CONTINENTE E ILHAS
50 NÚMEROS — 125$00 (Assinatura normal)
50 NÚMEROS — 200$00 (VIA AÉREA)
Angola, Cabo Verde, Guiné, Macau, Moçambique, S. Tomé, Timor, Brasil, Espanha:
50 NÚMEROS — 150$00 (Assinatura VIA SUPERFICIE)
50 NÚMEROS — 520$00 (Assinatura VIA AÉREA)

ESTRANGEIRO
50 NÚMEROS — 250$00 (Assinatura VIA SUPERFICIE)
50 NÚMEROS — 700$00 (Assinatura VIA AÉREA)

NOTA — Atendendo a que não temos serviço de cobrança, solicitamos que conjuntamente com o pedido de assinatura nos remetam cheque ou vale de correio. Aos assinantes inscritos que ainda não efectuaram a liquidação, agradecemos também que o façam.

LIBERDADE SINDICAL
MONOLITISMO E PLURALISMO

Várias opiniões têm vindo a lume sobre a Lei Sindical que está agora a ser estudada em Conselho de Ministros.

Algumas vozes parecem desconhecer completamente a realidade sindical portuguesa e esquecer a sua história.

Assim opõem normalmente liberdade sindical e central única dos trabalhadores, fazendo crer que devem haver tantas organizações sindicais quantos os partidos políticos, pelo menos.

Todos defendem ou dizem defender os altos interesses da classe trabalhadora, mas raramente falam da necessidade da unidade sindical na luta contra o grande patronato, que está e estará sempre unido enquanto durar a luta de classes.

Outras vozes há que, não por desconhecimento, mas por motivos políticos definidos, embora com a máscara da «liberdade sindical», vêm para os jornais no sentido de criar um clima de confusão que funcione em proveito dos seus desígnios reaccionários. Como agentes que são do capitalismo, sabem perfeitamente que se não houver uma central sindical unitária que reflicta os interesses comuns da classe trabalhadora face ao capital e, em especial, contra os monopolistas, a sua luta enfraquece, pondo mesmo em causa os êxitos já alcançados. Estas vozes jogam a favor do patronato quando preconizam «pluralismo sindical»; no fundo escondem a verdade sobre o assunto.

Um trabalhador pode ter esta ou aquela ideologia, esta ou aquela religião, ser aderente deste ou daquele partido político. Mas, por esse facto, não deixa de ser trabalhador e ser objecto da mesma exploração. Tanta necessidade tem de aumento de salário, de melhor segurança social, de menos tempo de trabalho um trabalhador comunista, como um socialista, como um centrista. Por isso, frente ao patronato, não pode haver divisões que enfraqueçam a firmeza na conquista de melhores condições gerais de trabalho.

A Intersindical, que surgiu em Outubro de 1970 como expressão da constituição da frente unida das organizações sindicais e que já várias vezes se pronunciou sobre estes problemas, vem novamente relembrar os seus princípios gerais.

Unidade e pluralismo

O derrubamento do fascismo deu aos trabalhadores a liberdade sindical, possibilidade de criarem as suas organizações sindicais de classe, que, nem pelos seus fins nem pela estrutura, nem pelas normas de actividade, terão o que seja de comum com os sindicatos nacionais fascistas, peça da organização corporativa.

Há no entanto quem utilize agora o princípio da liberdade sindical como argumento contra a unidade sindical.

De um modo geral esse apelo ao «pluralismo sindical» provém de grupos oportunistas que, tendo pouca influência no sector sindical, procuram desse modo criar neles alguns pontos de apoio.

Mas será esse o caminho que melhor serve os interesses dos trabalhadores? Será essa a forma de melhor se expressar a liberdade sindical?

A instauração da liberdade sindical não significa necessariamente a existência de diversas centrais sindicais. Significa, sim, que os trabalhadores, usando da liberdade sindical, resolverão eles próprios o problema, considerando o que lhes é mais favorável. E o mais favorável aos trabalhadores será a sua divisão em várias organizações sindicais, em cada classe e cada empresa, segundo os princípios do pluralismo político — ou será a manutenção da sua unidade em organizações únicas que defendam os interesses comuns?

A existência de diferentes opções políticas dos trabalhadores poderá sempre expressar-se através da sua militância nos partidos políticos. Transferir essa diferenciação para o plano sindical, só poderia, quanto a nós, debilitar a sua acção, face a um patronato que, esse, se mantém unido no confronto de classes.

Nós defendemos a unidade da classe operária e consideramos que, para o desenvolvimento democrático do País, seria importante que os trabalhadores se mantivessem unidos em organizações sindicais únicas.

Relações da Intersindical com o Governo Provisório

A Intersindical e os sindicatos nela filiados mantêm e manterão, em relação ao Governo Provisório, uma atitude de independência, a qual lhes permitirá dar a sua cooperação e apoio às medidas governamentais que vão de encontro à satisfação dos anseios dos trabalhadores, reservando-se o direito de criticar e combater quaisquer medidas que possam prejudicar os trabalhadores que representam.

(Aprovado em Plenário da Intersindical de 13/14 de Julho p. p.)

Intervenção dos delegados da Intersindical nos comícios e outras actividades dos partidos políticos

Todos os trabalhadores, como cidadãos, têm a obrigação de participar na actividade política dos partidos que julguem melhor defender os seus interesses de classe.

Os delegados da Intersindical não podem, nessa qualidade, intervir nos comícios ou outras actividades partidárias, por porem em risco a unidade do Movimento Sindical.

(Posição aprovada em Plenário da Intersindical em 13/14 de Julho p. p.)

Lisboa, 18 de Setembro de 1974

SECRETARIADO DA INTERSINDICAL

Qualquer local serve para os trabalhadores debaterem os seus problemas

GREVE VITORIOSA DOS ASSALARIADOS RURAIS DA CHAMUSCA

Há 28 anos que os trabalhadores rurais da freguesia da Chamusca não conduziam nenhum movimento reivindicativo que chegasse ao eclodir de uma greve.

Dia 16, a população laboriosa da Chamusca reencontrou a sua força adormecida pela repressão fascista. Pelas 7 horas, a freguesia acordou em greve, motivada pela recusa da ALA (Associação Livre dos Agricultores), em assinar a primeira convenção colectiva que irá abranger os trabalhadores do concelho até fins de Novembro. E essa força reencontrada, a serenidade e a firmeza dos trabalhadores não cederam perante a prepotência dos proprietários.

Daí a vitória alcançada em pouco mais de 24 horas. Ainda que um proprietário, Fausto Rosário, num gesto de desespero, ousasse disparar sobre a multidão que o deteve, quando procurava furar a greve, utilizando pessoal de outra terra, a verdade é que os trabalhadores têm cada vez mais confiança nas suas possibilidades de acção e na força da unidade dos seus interesses e aspirações.

«Avante!» saúda a população laboriosa dos campos do concelho da Chamusca que, através de uma correcta condução desta luta reivindicativa, alcançou uma vitória que representa um exemplo da sua força.

A causa da greve dos trabalhadores rurais do concelho da Chamusca residiu na falta de uma plataforma de acordo entre a ALA e a comissão Pró-Sindicato relativamente aos salários. As outras cláusulas da primeira convenção colectiva do concelho (horário de 44 horas, pagamento das horas extraordinárias a 25 % a primeira hora, a 50 % as restantes e a 100 % o trabalho prestado nos domingos e feriados, transporte assegurado a mais de um quilómetro de distância do local de trabalho) tinham já sido acordadas. A proposta inicial de salários apresentada pelos trabalhadores previa 190 escudos para os homens e 130 escudos para as mulheres. Só quando se desenhou a possibilidade de greve, a ALA entrou em contacto com a comissão Pró-Sindicato, contrapondo 120 escudos para as mulheres e 160 escudos para os homens. Tentando chegar a um acordo, os trabalhadores declararam aceitar 130 escudos para as mulheres e 180 escudos, com um litro de vinho, para os homens. Como a ALA se recusasse a ir além do pagamento de 175 escudos com um litro de vinho em relação aos homens, o povo, reunido em assembleia, decidiu ir para a greve. Como declararam ao «Avante!» trabalhadores rurais, tratava-se de uma questão de princípio, de uma prova de união dos trabalhadores, tornada necessária pela resistência dos lavradores da ALA às reivindicações de comprovada justeza.

As trabalhadoras, exemplo de solidariedade e vigilância

De salientar a posição das mulheres neste processo reivindicativo. Embora a ALA não levantasse questões ao salário das mulheres, estas não só aderiram imediatamente à greve como assumiram nela uma posição de corajosa vigilância. Incorporadas em massa nos piquetes de greve, da sua atitude de luta derivou, em grande parte, a derrota das tentativas de quebrar a greve por parte de alguns proprietários. Foi o caso do proprietário Joaquim Cláudio Ferreira que, transportando pessoal de Muge, procurou chegar aos campos. Só a firme atitude dos trabalhadores, particularmente das mulheres, colocando-se frente ao carro, impediu o acesso às vinhas. Entretanto, o pessoal de Muge, informado das razões da greve dos trabalhadores da Chamusca, recusou-se, igualmente, a servir o proprietário.

A solidariedade das mulheres constituiu uma condição indispensável para o êxito da greve, pois que o trabalho feminino é predominante na época das vindimas. Como os trabalhadores reconheceram, sem a adesão das mulheres a greve não poderia ter vingado.

Esta solidariedade surgiu mesmo de sectores inesperados. As trabalhadoras da Adega Corporativa da Chamusca só aceitaram pegar ao trabalho após os elementos da comissão Pró-Sindicato as terem convencido nesse sentido.

De igual modo, a camada de semiproletários da terra, seareiros e rendeiros, compreendendo a justeza da posição dos assalariados rurais mostrou-se solidária, tendo, em muitos casos, vindo até à vila, junto aos piquetes de greve trazer o seu apoio, juntar a sua voz de atingidos cruelmente pela anterior política fascista de aniquilamento dos pequenos camponeses, às vozes dos trabalhadores em greve.

Trabalhadores rurais, poderosos interlocutores

Poderosíssimas bases de apoio do governo fascista, grandes proprietários, após o derrubamento da ditadura que protegiam e os protegia, não mudaram de conduta nem de propósitos. Assim, tentam por um lado duvidosa miscelânea em associações de agricultores, em que pequenos, médios e grandes se encontram momentaneamente integrados. Em muitas zonas já estão mistura dos lobos com cordeiros sofreu rupturas, porque pequenos e mesmo médios agricultores tiveram ocasião de ver o andar da carruagem e abandonaram-nas.

A ALA (Associação Livre de Agricultores) é disto exemplo. Só que a ALA e organizações afins não esperavam encontrar, pela frente, interlocutores como os trabalhadores rurais, com a sede de justiça e a sua vontade de fazer vingar a liberdade e a democracia.

Não vencerão, por isso, nem manobras, nem pressões, nem gestos de desespero de grandes proprietários, como o de Fausto Rosário, proprietário e guarda-fiscal, ao alvejar a multidão. Testos como esta criminosa agressão têm de ser objecto de maior vigilância, de procedimento judicial, de uma posição clara das entidades responsáveis pela ordem pública. Por isso lutarão, também, os trabalhadores com tenacidade e confiança, como declarou ao «Avante!» uma trabalhadora da Chamusca:

«Por mais que queiram, a gente vai fazer uma vida nova, um País novo. Se a Democracia é ruim para eles, é porque é boa para nós, e lutaremos por ela até ao fim.»

O PROBLEMA DOS PREÇOS E A SITUAÇÃO DOS TRABALHADORES

Os preços são tema do momento. Fala-se. Comenta-se. Escreve-se. Conjectura-se.

É natural que as massas trabalhadoras que vivem apenas dos seus salários ou dos ordenados se sintam apreensivas com os aumentos de preços. O que já não é natural — diga-se de passagem — é que elementos ligados ao grande capital ou ao regime fascista se mostrem agora tão preocupados com a subida do custo de vida.

Os preços são afinal, em regime capitalista, reflexo da situação económica. E, como não é demais salientar, uma pesada herança nos foi deixada pelo regime fascista.

Herdou-se uma economia dominada por uma dúzia de grupos financeiros, resultantes da fusão dos monopólios industriais da banca. Daí os preços de monopólio impostos por grandes empresas industriais a especulação bolsista e imobiliária, o crédito em condições ruinosas concedido pela banca às pequenas e médias empresas.

Herdou-se uma economia atrasada, assente na exploração de mão-de-obra barata, em que os grandes industriais e os grandes lavradores tinham os seus lucros assegurados, sem necessidade de recorrerem ao progresso tecnológico, mediante os baixos salários, os subsídios governamentais e as insenções fiscais, as protecções aduaneiras e de toda a outra espécie. Daí (apesar de tão decantada eficiência capitalista), os elevadíssimos custos de produção, tanto na agricultura como na indústria, que são suportados pelo povo através dos preços elevados.

Herdou-se uma economia inteiramente dependente do estrangeiro. Daí as importações maciças e cada vez mais caras de produtos alimentares de matérias-primas essenciais para a indústria e de equipamento.

Herdou-se uma situação caótica nos canais da comercialização onde proliferam os intermediários parasitas. Daí um enorme encarecimento dos produtos pagos pelos trabalhadores.

E herdaram-se também os preços artificiais, abaixo do custo real da produção. Necessário é, porém, dizer que era à custa da população e não à custa dos grandes moageiros, dos grandes industriais dos adubos ou do açúcar que o pão, o açúcar e outros produtos tinham preços políticos.

A solução do problema dos preços não é pois tarefa fácil a curto prazo.

Se o estado da nossa economia e a sobrevivência dos pequenos produtores obrigou, no imediato, a aumentos de preços, é necessário no entanto trabalhar rapidamente para solucionar os problemas de fundo.

Assim, há que congelar, não permitir aumentos de preços às grandes empresas em cujas mãos estão os sectores-chave (aço, combustíveis, cimentos, químicos de base, etc.). Há que acabar com os intermediários parasitas nos canais de comercialização. Há que apoiar decididamente as pequenas e médias empresas. Há que dinamizar, fomentar o desenvolvimento acelerado e independente da nossa economia, aproveitando ao máximo os recursos nacionais.

Mas para isso há que meter ombros ao trabalho com decisão, sem vacilar, informando o povo do estado geral da situação em que vive, desemperrando o aparelho de Estado, dotando a Administração Económica do País de meios de trabalho que lhe permita enfrentar com êxito estas tarefas.

Disto depende afinal o futuro da democracia, o futuro do nosso país, a melhoria constante das condições de vida dos portugueses, o futuro dos portugueses.

FACULDADE DE ENGENHARIA DO PORTO NO CAMINHO DE UMA ESCOLA NOVA

Obra colectiva de estudantes, professores e trabalhadores, o Congresso para a Reestruturação da Faculdade de Engenharia do Porto é um exemplo de como, no campo do ensino, se pode caminhar em passos decididos na democratização do País.

Exemplo de como a identificação com os interesses mais gerais do povo português se pode exprimir de forma actuante, vencendo as barreiras constituídas pelo imobilismo e a reacção num campo da actividade social onde o fascismo pretendeu que se criasse quem perpetuasse a sua ideologia.

Exemplo de como quase cinquenta anos de lutas de estudantes e professores se saldou na conquista de amplas camadas universitárias para a construção, ao lado do povo, de um País livre, democrático e independente.

O «Avante!», ao acompanhar os trabalhos deste congresso, dá seguimento à atenção que durante o fascismo, deu nas suas colunas às lutas de estudantes e professores por uma escola nova.

Na sessão de abertura, presidida pelo Ministro da Educação e Cultura, foram abordados alguns aspectos da situação do ensino, em particular das dificuldades herdadas da política demagógica do governo de Caetano e das novas perspectivas que se abriram com o 25 de Abril, de que é testemunho o presente congresso.

O prof. Rui Luís Gomes apontou a necessidade de que a Universidade deixe de ser um simples agrupamento de escolas para se tornar num corpo comum de investigação, na «universidade necessária».

O representante dos trabalhadores da Faculdade, António Domingos, salientou que pela primeira vez estes podiam participar livremente na vida da escola justificando serem pelo seu trabalho um corpo activo que, ao lado de professores e estudantes, se empenharia na conquista de objectivos comuns e na dignificação do seu papel dentro da escola.

Seguiu-se-lhe Jorge Aires, da direcção da Associação de Estudantes, que, depois de se referir ao processo de descolonização pelo qual se bateram os estudantes e a juventude, afirmou, referindo-se ao processo de democratização da escola:

Há que generalizar esta experiência, pois que o imobilismo só poderá aproveitar às forças reaccionárias.

Estas, que levantam a cabeça por todo o País, e conspiram, não deixarão de manobrar nas escolas, aproveitando o início do ano escolar e a pesada herança que o fascismo deixou, para procurar virar os estudantes contra o Governo Provisório.

Com firmes medidas de saneamento, com redobrada vigilância e com grande iniciativa, os estudantes, as autoridades escolares e o MEC estarão em condições de dar a contribuição que lhes compete para a democratização de Portugal.»

O novo director da Faculdade, Oliveira Dias, para esse cargo eleito em assembleia geral da escola reafirmou a sua confiança no funcionamento democrático da Faculdade, fundamentada nos progressos já alcançados e que deitou por terra os argumentos dos reaccionários que nele «auguravam» o caos como pretexto para a defesa de posições de mando que deixaram de ter. «A nova ordem é revolucionária, não uma ordem caótica», afirmou a certa altura.

Encerrou a sessão o ministro, que a determinado passo afirmou:

«O fascismo era uma atitude contra a investigação científica, contra o pensamento científico.»

Referiu a escassez de recursos e que o «deficit» efectivo do Ministério era muito superior a tudo quanto se podia imaginar, a política demagógica de ensino no fascismo, rica em projectos sumptuosos e promessas.

A assistência, constituída por centenas de estudantes, docentes e trabalhadores técnicos, administrativos e auxiliares, seguiu interessada esta sessão, que decorreu de uma maneira sóbria, contrária aos velhos hábitos do fascismo de, através de sessões de fachada, esconder a falta de participação dos estudantes e professores na definição da política de ensino. De aí para a frente em sete horas diárias, durante uma semana, todos iriam trabalhar para a reestruturação da Faculdade.

No final o «Avante!» entrevistou um representante dos estudantes e o director.

JORGE AIRES, dirigente da Associação de Estudantes

P. — Como se avança no processo de democratização da cultura em Portugal, em particular na FEUP?

R. — Depois das grandes conquistas alcançadas pelas massas estudantis, logo após o 25 de Abril, nas escolas de todo o País com a criação de novos órgãos de gestão, o afastamento dos professores mais reaccionários e outras medidas tomadas no campo pedagógico, para a substituição de métodos de trabalho contrários a um ensino científico, há que avançar quer na legalização das novas estruturas, quer na elaboração de medidas possíveis de concretização na situação actual, tendo como objectivo final um ensino verdadeiramente democrático que sirva os interesses do Povo Português.

No caso particular da FEUP a experiência colectiva que se vive — o congresso — irá lançar as bases da reestruturação desta Faculdade a curto e médio prazos e constituir um contributo válido para um processo que deve ser generalizado a todos os sectores do ensino.

P. — Quais as perspectivas para a forma como o congresso irá decorrer?

R. — O avançar do processo de consolidação da democracia, não restando já dúvidas dos interesses que norteiam a política do Governo Provisório, as diferenças radicais entre o início deste ano lectivo e o anterior são factos que abrem perspectivas para uma participação massiva dos estudantes, professores e trabalhadores que, unidos, num trabalho colectivo, garantirão que se alcancem os objectivos comuns e não permitirão que as forças reaccionárias procurem, no início deste ano, virar os sectores envolvidos, em particular os estudantes, contra o Governo Provisório.

«O número de teses apresentadas (30) e a ampla participação na sessão de abertura são um estímulo para a continuidade do nosso trabalho, quer na mobilização dos estudantes para uma participação cada vez mais activa, quer na discussão colectiva das teses que irá ocupar um tempo apreciável na próxima semana.»

LUÍS DE OLIVEIRA DIAS, director da Faculdade

P. — Qual o significado da participação do Ministro da Educação e Cultura neste congresso?

R. — «Isso constitui, em primeiro lugar, o reconhecimento por parte do ministro e consequentemente do próprio Governo Provisório do valor de um trabalho colectivo com vista ao estabelecimento das linhas de rumo fundamentais da vida da Faculdade em termos democráticos.

«Em segundo lugar, há que reconhecer a importância do auxílio que constitui a sua participação na luta contra a reacção dentro da própria escola. Essa posição do ministro é consubstanciada nas suas palavras quando afirma que devemos erguer uma barreira intransponível à reacção e realizar o saneamento que se mostrar indispensável para atingir esse objectivo.»

P. — Qual o interesse que se espera dos trabalhadores técnicos, administrativos e auxiliares em relação ao congresso?

R. — Os trabalhadores já tiveram uma larga participação na preparação do congresso, quer pelo seu trabalho muito importante no conselho directivo provisório, através dos seus representantes, quer na própria apresentação de teses, quer, ainda, pelo esforço com que se empenharam em todo o trabalho de publicação de teses, preparação das salas afixação de cartazes, etc.

Formaram uma sólida equipa com os estudantes e assistentes mais progressistas da escola que, sem elitismos de qualquer espécie, realizaram conjuntamente desde as tarefas mais complexas aos trabalhos mais rudes.

A intervenção na sessão de abertura do congresso dos representantes dos trabalhadores e as reuniões que já nesta tarde sei que estão a realizar, preparando as suas *intervenções para os trabalhos que amanhã se vão seguir, bem demonstram a sua capacidade para intervir com* a maior valia no processo de democratização em curso.

P. — Quais as conclusões fundamentais da tese que apresentou ao congresso?

R. — A tese que apresentei é uma análise das «questões fundamentais da investigação no domínio da engenharia» em termos científicos, isto é, na base dos princípios fundamentais do materialismo dialéctico e do materialismo histórico.

Depois de equacionar os problemas genéricos da investigação e os específicos da investigação no domínio da engenharia, são feitas propostas concretas para democratizar e dinamizar a investigação no nosso País.

Demonstradas as íntimas relações que a investigação científica tem com a produção e estudadas as relações de produção que ainda se mantêm em Portugal, foi possível concluir que um dos objectivos dos trabalhadores científicos deve ser o de destruir as condições que permitem que o capital se continue a apropriar da ciência. A liquidação do imperialismo em Portugal é condição fundamental para o progresso da investigação.

Também se demonstrou que a legislação fascista é repressiva do ensino e da investigação e que, por isso, terá de ser imediatamente revogada.

É proposto que se dinamize desde já a investigação que contribua objectivamente para melhorar as condições de vida da população e que agudize as contradições das relações de produção caducas.

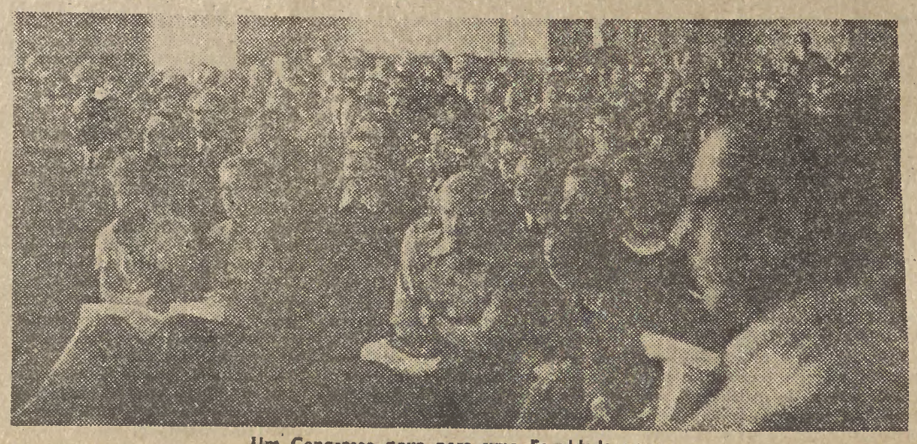
Recomenda-se o aproveitamento da experiência de todos os que, acossados pelo fascismo, trabalharam e trabalham com mérito em países estrangeiros, nomeadamente em países socialistas.

Finalmente, mostra-se como a Organização Nacional dos Trabalhadores Científicos deverá ser o órgão máximo de promoção da investigação em Portugal, tarefa colectiva a realizar com seriedade, inteligência e humildade ao serviço do Povo.

P. — Porque a representação neste congresso de outras faculdades e de organismos profissionais?

R. — A Faculdade de Engenharia não pode continuar a viver como até aqui, como uma ilhota isolada. Se os que trabalham nesta casa, docentes, discentes, trabalhadores técnicos administrativos e auxiliares, se alheassem das realidades políticas e sociais do País, o seu trabalho seria estéril.

Também a interpenetração de culturas e o esforço conjunto com os trabalhadores de outras escolas e com as amplas camadas da população será a melhor garantia de se prosseguirem caminhos correctos.



Um Congresso novo para uma Faculdade nova

«OS SANEADOS NÃO ENTRARÃO» —posição dos trabalhadores da ITT Semicondutores

No Chile, o nome da ITT vem constantemente ligado ao da CIA, sempre que se fala do golpe militar que derrubou o presidente Allende. A ITT é um grupo multinacional que estende os seus tentáculos pela maior parte dos países capitalistas do Mundo, abrangendo diferentes sectores de actividade.

Também em Portugal a sua presença se fará sentir, onde os seus interesses são importantes e variados. A este grupo pertencem os hotéis de luxo Balaia, Ritz, Sheraton. No sector de construção de máquinas compraram a Oliva e a Rabor e ao ramo da electrónica da ITT pertence a Standard Eléctrica, a Facel e a ITT Semicondutores.

Depois do 25 de Abril, esta multinacional ainda não tomou qualquer posição frontal, mais por razões de estratégia do que por interesse, na medida em que a nova situação política veio privá-la da mão-de-obra barata, factor que justamente a incitou a implantar-se no nosso país. A maioria dos trabalhadores da ITT Semicondutores ganhava cerca de 2000$00 mensais, contando os prémios que eram retirados quando os trabalhadores não faziam uma certa produção.

Camarada: lê e difunde o AVANTE!. Organiza postos e grupos de venda do teu jornal, o jornal dos trabalhadores.

A frente desta empresa encontra-se um elemento altamente comprometido com o regime fascista, Carvalho Fernandes, que foi secretário da Indústria e é o representante máximo da ITT em Portugal.

Realizou-se, recentemente, mais um plenário dos trabalhadores da ITT Semicondutores. Estiveram presentes algumas centenas de trabalhadores, na grande maioria mulheres. Da ordem de trabalhos faziam parte três pontos principais: despedimentos, saneamento e organização sindical.

Na intervenção inicial de um membro da Comissão dos Trabalhadores foi traçada uma panorâmica do que se passa no sector do material eléctrico e electrónica. Foi denunciada a manobra reaccionária do capital, que tenta lançar o caos económico e criar dificuldades ao Governo Provisório, despedindo milhares de trabalhadores, tendo sido recordados os exemplos da Apllied, Signetics, DS Electrónica, Creator, Facel entre outros. Para reforçar a afirmação das intenções reaccionárias do grande capital, foi denunciada a existência de uma circular assinada por diversos administradores, entre os quais Van Den Heuvel da ITT, a propor a criação de uma associação de patrões, a fim de melhor combaterem os trabalhadores.

Embora não exista nenhuma ameaça de despedimentos na ITT, os trabalhadores foram alertados para que se mantenham vigilantes, para com qualquer manobra que possa surgir, salientando que só a unidade dos trabalhadores pode fazer recuar o patrão.

No respeitante ao saneamento exigido pelos trabalhadores de 7 indivíduos símbolos da repressão fascista, numa reunião com um delegado da Junta de Salvação Nacional, ficou acordado que os indivíduos em questão ficariam suspensos até à conclusão do inquérito às suas actividades no interior da empresa. Mais de 500 trabalhadores apresentaram queixas contra eles.

A assembleia foi posta a questão: **«Será que vamos consentir que esses indivíduos, que tanto nos ofenderam e vexaram, que nos maltrataram e roubaram, voltem a passear impunemente na fábrica onde trabalhamos?»** Tendo todos os trabalhadores presentes respondido com um vigoroso **«Não! Não queremos um saneamento falso! Eles também não tiveram pena de tantos camaradas nossos que puseram na rua... Todos sabemos que os fascistas em Portugal ainda não desistiram. Eles estão despertos, metidos em qualquer toca como no hotel cidadela em Cascais.** (Fazendo referência ao facto de alguns desses saneados continuarem a trabalhar para a empresa, nesse hotel).

Ficou decidido na assembleia que seriam constituídos piquetes de vigilância para impedir a entrada na fábrica dos saneados.

A proposta apresentada pela Comissão de Trabalhadores referente à conversação desta em Comissão Sindical foi aprovada após a discussão de ponto por ponto.

No final, uma das trabalhadoras leu alguns versos alusivos à luta que estão a travar pelo saneamento.

PORTO, ANO UM

O campo, os pequenos camponeses foram das maiores vítimas da política do fascismo. Sem ajudas nem estímulos, sem garantias de preços ou mesmo de escoamento da sua produção, os agricultores não latifundiários foram-se arruinando. Aos milhares partiram para as cidades, aos milhares foram procurar no estrangeiro o direito ao pão e ao trabalho que aqui se lhe negava.

Entre os gravíssimos problemas herdados pelo regime democrático saído do 25 de Abril, o da agricultura é sem dúvida dos mais complexos. Exigirá medidas a curto e a longo prazo, exige uma participação activa da parte de pequenos e médios agricultores na procura de meios e medidas para o desenvolvimento da produção e a melhoria das condições de vida e de trabalho dos trabalhadores do campo.

Depois do derrubamento do fascismo gerou-se entre os agricultores a ideia, justa, de que os seus problemas poderiam encontrar a via para soluções adequadas, de que os esperava o futuro sem as sombras negras que vinham vivendo. Mas, em muitos casos, acompanhou essa ideia um sentimento de impaciência por não verem adoptadas as medidas que alterem radicalmente a sua situação.

Desvalorizavam-se assim as conquistas fundamentais alcançadas, como o direito de reunião, de formulação livre das reivindicações prioritárias, de associação e participação na aplicação dessas medidas, de intervenção na gestão das autarquias locais — situação que permite, afinal, uma intervenção directa na definição das linhas de uma política agrária mais justa, caminhando no sentido da Reforma Agrária que se deseja.

Aqui começou a actuar a reacção, que possui fortes esteios nos nossos campos, semeando pessimismos, que tudo está como dantes na agricultura, que não são tidas em conta as reivindicações camponesas e outras do género.

Que pertendem os reaccionários e saudosistas do fascismo? Gerar um clima de descontentamento que vire contra o Governo Provisório um grande número de camponeses, criando entraves ao processo de democratização em curso e um terreno propício às suas manobras e às acções que criem sérias dificuldades a acrescentar-se àquelas que nos foram legadas pelo fascismo.

Esta situação deve merecer a nossa atenção e vigilância, como as deve merecer ao Governo e entidades oficiais. Para tal, não é a passividade que se reclama. Ao contrário, os agricultores devem estimular as suas associações, discutir e elaborar os seus cadernos reivindicativos de acordo com as suas necessidades e a realidade no País, propor ao Governo Provisório medidas que vão no sentido da resolução dos problemas mais urgentes e cooperar activamente na sua execução.

E devem fazê-lo com o Governo e não contra o seu Governo. Se julgam que determinada medida não é a mais adequada ou se a encaram como lesando os seus interesses, podem hoje, como não o podiam antes, expor às entidades oficiais o seu ponto de vista, ou mesmo a sua reclamação, a qual, quando fundamentada e construtiva, não poderá deixar de merecer atenção e resposta.

O Poder em Portugal está nas mãos de amigos do povo. Depara com uma situação difícil, com os problemas económicos no primeiro plano. Depara com dificuldades que lhe são criadas por sabotagens a vários níveis, incluindo dos grandes latifundiários, que se viram privados dos desconformes privilégios a que se haviam habituado. Para se consolidar e dar novos passos em frente, a democracia conta, sobretudo, com os trabalhadores da cidade e do campo. E isso lhes deve dar a dimensão da sua responsabilidade. E isso deve cimentar a união perante manobras ou ataques da reacção, que procura permanentemente abrir brechas na unidade das forças populares e democráticas ou introduzir factores de divisão entre os portugueses.

AGRO-74

EXTRAORDINÁRIO ÊXITO DA PARTICIPAÇÃO DO PARTIDO

Terminou no dia 15 a Exposição-Feira Agrícola do Norte, realizada em Braga. No último «Avante!» já foram realçados alguns dos aspectos assumidos pela AGRO deste ano. Entretanto, o interesse e a ampla participação de dezenas de milhar de visitantes manteve-se até final, fazendo desta feira um acontecimento notável e notável demonstração de justo e útil aproveitamento das novas condições criadas a partir do 25 de Abril.

Além de vários colóquios, nomeadamente sobre cooperativismo e protecção materno-infantil nos meios rurais, destacaram-se os do ciclo do colóquio político com a participação de representantes do PCP, PS, PPD e PPM, sobre «Conservação da natureza e a agricultura de montanha», «Dimensão da exploração agrícola» e «Promoção sociocultural do agricultor». Faziam parte da mesa e intervieram em nome do Partido respectivamente Enes Gonçalves, António Bica e Margarida Tengarrinha.

Além de terem exposto a linha do PCP no respeitante a esses problemas e aos mais importantes com que se debate a agricultura, os nossos camaradas intervieram activamente nos debates que se lhe seguiram — o que contribuiu decisivamente para o esclarecimento dos participantes sobre a política do Partido no passado e no presente e que foi, aliás, extraordinariamente acolhida pelos milhares de pessoas que assistiram aos colóquios.

Os representantes do PCP traçaram o quadro da situação da agricultura e agricultores, erros do passado e alguns de agora, bem como a despromoção e degradação do povo pelo salazar-marcelismo ao serviço dos interesses das minorias dos altos capitalistas, com alguns exemplos: entre 1950 e 70 abandonaram o campo mais de um milhão de pessoas; no mesmo período diminuíram as produções agrícolas, excepto a do arroz; as massas camponesas portuguesas são das mais atrasadas da Europa; as altíssimas taxas de mortalidade infantil, relacionadas com a falta de assistência dos partos e à criança; o quadro das condições de vida e respectivos índices nos campos.

Ao mesmo tempo foram expostas as linhas gerais para a solução de algumas questões prioritárias, tendo sido sempre acentuada a importância fundamental que o PCP atribui ao associativismo e às cooperativas agrícolas: descentralização administrativa e dos serviços de saúde; utilização das casas do povo como centros de cultura, assistência e convívio; modificação do tipo de arrendamento rural; planeamento agrícola, atribuição de créditos, criação de câmaras de compensação para a comercialização dos produtos da terra; restituição dos baldios ao povo, nomeadamente para exploração em regime florestal; proporcionar terra aos trabalhadores do campo, nomeadamente tratando do problema do absentismo.

Evidentemente que só se citam atrás alguns pontos principais entre os múltiplos que foram versados. De resto, o Ministério da Comunicação Social distribuiu pelos órgãos de Imprensa comunicados muito circunstanciados sobre a Agro-74 e suas mais importantes manifestações, incluindo as intervenções pessoais e de representantes dos partidos participantes.

Importa salientar o relevo que foi dado aos problemas da juventude, em particular do jovem rural. No colóquio a eles destinado participaram cerca de 2000 jovens, número só por si esclarecedor do interesse que a iniciativa provocou. Além de jovens do MJT e da UEC, intervieram jovens expressando os mais diversos pontos de vista dentro de um espírito unitário e democrático que caracterizou o espírito presente em todos os colóquios.

A participação do PCP

A presença do nosso Partido ultrapassou a participação nos colóquios, para ser uma realidade permanente durante a semana.

O Pavilhão do PCP, incluído no sector reservado aos partidos políticos, foi centro permanente das atenções dos visitantes e onde, além de terem vários materiais sobre o Partido e sua política agrária, se realizaram autênticas sessões de esclarecimento com respostas às questões que foram constantemente colocadas. O pavilhão do nosso Partido, de que se dá um aspecto na fotografia que publicamos, foi sem sombra de dúvida o que registou maior interesse e afluência (e, mesmo, curiosidade) entre todos os daquele sector.

Camaradas da Organização Regional do Norte ali se mantiveram permanentemente desmultiplicando-se para poder dar resposta a todos os que para ali afluíam — o que, diga-se de passagem, não constituiu tarefa fácil, de tal modo grande era o número. Margarida Tengarrinha, suplente do CC e da DORN do PCP, e que nessa qualidade foi responsável pela participação do PCP, disse à nossa reportagem do trabalho exaustivo dos camaradas, embora largamente compensado pelo êxito obtido.

Que o foi de facto. A participação do PCP na feira atraiu as atenções gerais, mostrou aos agricultores do Norte qual a verdadeira política que serve os seus interesses imediatos e a longo prazo, deu ao povo do distrito a verdadeira imagem do que pretendem os comunistas. Se tal é necessário em geral, torna-se premente perante a campanha anticomunista que a reacção vem orquestrando no distrito de Braga.

Deve destacar-se o bom clima entre representantes de vários partidos presentes, durante a Agro-74 e em vários colóquios em que as suas posições foram confrontadas.

Um esforço a prosseguir

Se nos detivermos mais demoradamente nos aspectos de participação política da Feira, não queremos deixar de salientar a multiplicidade de manifestações que foram proporcionadas a todos os que ali acorreram. No entanto, no momento que o País atravessa, é fundamental salientar os aspectos em que o 25 de Abril veio alterar e enriquecer manifestações deste tipo, que não podem ser, como no passado recente, realizações de fachada e que visavam escamotear os mais importantes problemas nacionais. A faculdade que foi proporcionada de livre intervenção dos participantes na discussão dos problemas que vivem todos os dias e das perspectivas que se nos oferecem, deu à esta Agro-74 um cunho democrático e popular e bons elementos de trabalho a todos os que procuram dados essenciais para encontrar soluções para uma das mais difíceis heranças que nos foi legada pelos fascistas: o problema da agricultura e dos seus trabalhadores.

A VONTADE POPULAR IMPEDIU O DESPEJO DE DEZ FAMÍLIAS

«A questão é esta: ou ele entrega a casa aos moradores e nós tomamos uma posição responsável ou então cria-nos aqui condições de vida. E deixa de nos explorar... Nós somos trabalhadores e ele não nos pode estar a explorar.»

Esta a opinião expressa por um dos 40 moradores do n.º 152 da Rua de Costa Cabral, que se viram ameaçados de ficar sem casa, pelo livre arbítrio do «subaluga», se não fora o forte apoio popular desencadeado e encabeçado pelos elementos da Comissão Concelhia do Partido Comunista Português.

Tudo se passou na sexta-feira passada, dia 13, quando, pelas 15 horas, o oficial de diligências do 1.º Bairro se preparava para levar a cabo uma acção de despejo contra duas famílias. No entanto, dada a forte pressão popular, dada a concentração de todos os locatários à entrada do prédio, não foi possível executar esta acção.

Ali presentes, pudemos registar a ânsia, a força da razão, o sentimento de justiça de todas as pessoas ali concentradas. No final, um convite dos moradores ao «Avante!» e a alguns elementos da Comissão Concelhia do Porto do Partido Comunista Português que mais directamente estiveram ligados ao processo, para que nos deslocássemos ali no domingo. E assim foi...

Atentado contra o direito de habitação

No Porto, assim como em todo o País, o problema da habitação — problema que, por sua vez, têm como origem razões de ordem socioeconómica — constitui uma das difíceis heranças que o fascismo nos legou.

Durante muitos anos, foi possível arquitectar várias formas de exploração, defendidas por processos ilícitos tornados legais por parte das autoridades.

Contra isto, novos parâmetros de raciocínio se deparam. Com eles a necessidade de organização e de unidade contra essas formas de exploração.

E este é um exemplo gritante.

Conforme nos foi precisado, isto foi o eclodir de um certo processo que se vem desenrolando de há algum tempo a esta parte. Primeiro, e ao contrário do que fora estabelecido, o subaluga fechou o quintal das traseiras com uma forte rede de arame farpado. Depois era o tecto a cair, o bidé a partir-se e os moradores a terem de pagar o seu arranjo, «e é se queriam...». A par disto a permanente consciência da forte exploração que os vitimava. Assim, foi decidido pedir uma diminuição da renda ao subaluga. A esta proposta, ele ripostou: «Não tiro nem sequer cinco escudos e ponho mas é tudo na rua.» Entretanto, no ano passado, a dois dos inquilinos, que por estarem doentes se atrasaram no pagamento das rendas, fora levantado um processo. Depois foi combinado eles pagarem, para além das rendas em atraso, todas as despesas processuais, e a pena de despejo não seria executada. Agora, o subaluga dirigiu-se ao 1.º Bairro e pediu a execução daquela pena.

«Ele quer-se é ver livre de nós porque parece que querem construir aqui um prédio.» Assim, se não fosse impedida a saída destes dois casos, e conforme ele ameaçara, «íamos todos para a rua no fim do mês».

Ao todo o subaluga, que ocupa quase metade da casa, recebe o aluguer de 7950$00 e ainda tem dois quartos para hóspedes. Paga 4000$00 de renda e é-lhe passado pelo senhorio um recibo de 5000$00. Por sua vez, o senhorio tem a casa colectada nas finanças por 700$00.

«A renda aqui é como a de um palacete»

«Isto é muito abafado. Tenho de ir todos os meses com a minha filha, que esteve com um princípio de pneumonia, ao hospital. Isto aqui é muito doentio. Olhe, vê estes remédios todos? É isto quase todas as semanas.» diz-nos uma mulher que, com os seus três filhos ainda miúdos e o marido, paga, por um quarto e um quartito mais pequeno, ao fundo da cave, só com duas frechas de entrada de luz, 1100$00. E continua o marido: «Isto é uma miséria. Toda a gente aqui trabalha. Eu saio daqui todos os dias às 7 e 30 e só chego à noite. Nós trabalhamos, não vivemos à boa vida. Como a mulher também trabalha, as crianças desde que ele fechou o quintal, têm de passar aqui o dia.»

Para todo o prédio, portanto com cerca de 40 pessoas, só há um quarto de banho e uma sanita. Por baixo é a cozinha. Em cima da banca cai muita água quando as pessoas tomam banho. Todas as famílias tentam fugir de fazer uso dela. Assim, nos já pequenos compartimentos, têm ainda de arranjar um canto para pôr o fogão e uma bacia.

«As condições em que vivemos são de miséria e a renda é como a de um palacete» — dizia-nos, ao mesmo tempo que nos mostrava o seu único compartimento pelo qual paga 1250$00, um outro locatário.

Outro caso entre muitos

Na mesma ocasião aproveitámos para ir tomar conhecimento de outra situação de sub-habitação, ali bem perto, na Rua da Constituição, 708.

Aqui vivem dez famílias, num total de mais de cinquenta pessoas, que incluem 23 crianças. As rendas, que vão de 500$00 a 1600$00, atingem um montante de cerca de 8500$00. Embora a subaluga diga que paga ao senhorio 5000$00, «todos nós sabemos que ela só paga três mil escudos».

As pessoas que habitam o rés-do-chão servem-se de uma sanita que se encontra, e também serve os que aí moram, na cave. «Nós, para tomarmos banho, temos de o fazer ali ao fundo do quintal e só à noite», explicou uma das mulheres, magra, enrugada, encolhendo os ombros e esboçando um leve sorriso.

Ao contrário do que acontece na maioria destes casos de subalugamento, aqui, os moradores também têm de pagar por fora a água e a luz.

Aquela moça de dezoito anos e que desde pequena é doente dos pulmões mostra-nos onde vive: «Aqui vivemos cinco pessoas. Eu e a minha irmã dormimos naquela cama de abrir; os meus pais na cama, e o meu irmão no chão. Aquela varandita é que serve de cozinha, mas dá muito cheiro.»

No primeiro andar só há um quarto de banho, que também serve para a família que habita o sótão. Este quarto de banho serve de passagem para um dos quartos de dormir. As pessoas quando saem do quarto, têm de passar ali. Aqui vivem três pessoas — pais e filha — que pagam 750$00.

Casos como estes aqui apontados, abundam — infelizmente — por toda a cidade. E se a resolução do primeiro constituiu uma forte vitória, já que os habitantes viram no final da movimentação efectivada a sua renda reduzida para cerca de metade, no segundo e em todos os outros, a situação permanece.

Contra isto torna-se absolutamente imperioso a criação de efectivas medidas legislativas de protecção a pessoas que vivem (?) em condições análogas. A curto prazo impõe-se a criação de uma fiscalização que impeça que as pessoas sejam postas fora, que os subalugas pretendam aumentar a exploração.

Isto como passo imediato para a solução de um problema de maior fundo — o da habitação condigna das classes menos favorecidas.

VISITA À SEPSA DO EX-MINISTRO CHILENO DO TRABALHO

No passado dia 10 do corrente, visitou a SEPSA o ex-ministro do Trabalho do Governo de Salvador Allende e membro do Comité Central do Partido Comunista Chileno, José Oyarce.

Acompanharam-no nesta visita Maria Luísa Costa Dias, membro do MDP-CDE de Lisboa e ainda Júlio Cardoso, do Secretariado do Norte do Conselho Português para a Paz e Cooperação.

Os visitantes chegaram à empresa cerca das 12,30 horas, sendo recebidos no portão principal por alguns elementos de célula do PCP na SEPSA e por numeroso grupo de trabalhadores. O patronato fez-se representar pela Comissão Provisória de Gestão de Pessoal.

Depois das apresentações, uma trabalhadora ofereceu a José Oyarce um ramo de cravos com um dístico de **homenagem da célula do PCP e dos trabalhadores ao Povo mártir do Chile.**

Seguidamente, passou-se a uma visita das intalações fabris que terminou no edifício da cantina. Aqui, José Oyarce dissertou um improviso bastante objectivo, frisando a dado passo que os sectarismos não interessam a ninguém e que as reivindicações exageradas podem levar os trabalhadores a um campo de divisão pernicioso à instauração da democracia em Portugal.

A terminar, José Oyarce apelou para a unidade dos trabalhadores sendo no final aplaudido por todos, de pé, tendo-se retirado da cantina debaixo de um coro de: O CHILE VENCERÁ.

OS PEQUENOS AGRICULTORES ORGANIZAM-SE EM ELVAS

Para o próximo dia 23, as 13 horas, marcaram os pequenos agricultores de Elvas uma reunião ampla na casa do povo para tratarem de problemas relacionados com a sua organização.

Num comunicado assinado pela Comissão Provisória dos Pequenos Agricultores do Concelho de Elvas e anunciando essa reunião, diz-se:

«Em continuação da reunião efectuada no passado dia 9, um grupo de algumas dezenas de pequenos agricultoras voltou a reunir no dia 16 para discutirem e apreciarem mais detalhadamente os problemas que afectam a nossa classe.

Em presença de um comunicado emanado recentemente da ALA, que não foi mais do que uma resposta dos grandes agricultores à nossa reunião do dia 9, alertamos todos os amigos para o facto de nessa dita ALA continuarem representando os maiores agrários, cujos problemas são diferentes e até antagónicos aos dos pequenos, tratando-se pois de querer manter, sob outro nome, a mesma situação dos Grémios.

É pois urgente formar quanto antes uma Associação apenas de pequenos agricultores e separada dos grandes agrários.

Foi entretanto eleita pelos presentes uma Comissão Provisória de Pequenos Agricultores, que promoverá reuniões amplas, que irá angariar futuros associados e que juntamente com todos os pequenos produtores promoverá um estudo mais profundo dos problemas e elaborará um caderno reivindicativo para os pequenos agricultores da região.»

Concluindo, o comunicado da Comissão Provisória dos Pequenos Agricultores de Elvas apela para que todos os pequenos agricultores compareçam a essa reunião e diz:

«Temos à nossa frente condições e oportunidades de nos libertarmos dos grandes agrários e formar uma classe independente que corresponderá muito melhor aos nossos anseios e interesses.»

APOIO AOS TRABALHADORES DA SOCEL

Organizado pela Comissão Coordenadora dos Sindicatos de Setúbal, realizou-se, no Club Naval Setubalense, um comício de apoio à luta dos trabalhadores da SOCEL.

Presentes cerca de 4000 trabalhadores de todos os ramos. A manifestação começou por uma concentração na Praça Bocage, onde os trabalhadores, levando numerosos cartazes, gritaram palavras de ordem contra a reacção.

No comício, que teve a adesão do PCP, do MDP, do MJT e do Jornal da Margem Sul, falaram representantes dos sindicatos dos metalúrgicos, construção civil e dos químicos, um operário da SOCEL, que historiou a luta dos trabalhadores na empresa, e também representantes daquelas organizações políticas.

Foi aprovado por aclamação um telegrama para ser enviado ao Primeiro-Ministro do Governo Provisório, em que os trabalhadores manifestam a sua preocupação pela demora no saneamento da SOCEL, protestam contra os despedimentos ordenados pela administração e pedem medidas enérgicas para restabelecer a normalidade na empresa dentro dos princípios definidos no Programa do Movimento das Forças Armadas, expressando, finalmente, a sua confiança na vitória da Democracia.

Antes de encerrado o comício, o camarada Carlos Domingos, da Direcção da Organização Regional de Setúbal do PCP, fez uma alocução em que apelou para a unidade da classe operária e denunciou as manobras divisionistas dos aliados da reacção.

EM ÉVORA

CONTRA OS DESPEDIMENTOS COLECTIVOS POR UMA NOVA CONVENÇÃO DE TRABALHO

A Comissão Pró-Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Distrito de Évora tem vindo a realizar reuniões com a Comissão Representativa dos Agricultores do mesmo Distrito para negociarem a nova Convenção Colectiva de Trabalho com o apoio técnico do respectivo ministério.

Num comunicado recente, aquela Comissão assinala como têm sido difíceis as negociações: **A azeitona, o gado, o trigo, a cevada branca e a aveia, o milho, o feijão, o grão, os cortes e muitos outros trabalhos sempre têm dado e temos exemplos de agricultores que têm tirado bons resultados dessas produções e muitos outros sempre se têm enchido de dinheiro, sempre têm comprado carros novos, enfim esbanjam dinheiro a rodos. Todos nós sabemos** — acentua a Comissão Pró-Sindicato — **que os agrários só querem para eles e não querem pagar a quem trabalha.**

Nestes últimos dias, temos lutado e lutaremos para que a nossa Convenção de Trabalho seja assinada, mas é preciso ter cuidado com as manobras patronais que, nos últimos dias, têm tentado lançar o trabalhador contra o sindicato. O nosso sindicato é uma organização da nossa classe e, se nos unirmos não conseguirão dividir nos. Temos de estar unidos a trabalhar com firmeza — assinala a Comissão acrescentando que **alguns elementos da Associação Livre dos Agricultores querem destruir o nosso Sindicato para fazerem o que querem dos trabalhadores.**

Fortaleçamos o nosso Sindicato, a nossa Organização! Façamos do nosso Sindicato uma forte organização da nossa classe! A nossa Vitória depende da nossa Unidade e a nossa melhor arma é a nossa organização! Unidos e firmes venceremos! — conclui a Comissão Pró-Sindicato.

Entretanto, o Ministro do Trabalho, cap. Costa Martins acompanhado de um membro do seu gabinete e do secretário de Estado do Emprego eng.º Balseiro Fragata, deslocava-se a Évora, onde ouviu os representantes daquela Comissão que lhe expuseram as gravíssimas carências que afectam os trabalhadores rurais e a existência, na região, de milhares de hectares de terrenos ao abandono, pois os agrários procederam a despedimentos colectivos totalmente arbitrários.

Não temos trabalho, por isso não temos dinheiro. Os donos das lojas, alguns deles, aproveitando-se do momento, não nos vendem. Precisamos de sustentar as nossas famílias. Só pedimos trabalho — disse ao Ministro Costa Martins o trabalhador Joaquim António Carapinha, de Santana da Portela.

O titular da pasta do Trabalho, para atender aos casos mais graves e urgentes dos trabalhadores desempregados, deixou uma verba de 500 contos, retirada dos donativos dos trabalhadores que, num movimento de solidariedade a nível nacional, têm vindo a participar na campanha espontânea «Um Dia de Salário para a Nação».

No discurso que proferiu, o Ministro do Trabalho referiu-se à criação de um subsídio de desemprego, acentuando: **julgo que a melhor forma de solucionar o problema será a criação de novos empregos, já que, por muito boa vontade que haja, esse subsídio nunca poderá ser suficiente para garantir o nível de vida desejável para os trabalhadores. Só através de emgo conveniente poderá realmente conseguir-se esse nível de vida.**

Aludindo às negociações em curso para a nova Convenção Colectiva de Trabalho (a anterior terminou em 31 de Agosto) o titular da pasta do Trabalho afirmou por último, que o seu ministério **está altamente interessado em prestar todo o apoio necessário para que cheguem a bom termo, e de uma forma justa,** essas negociações.

APOIEMOS A LUTA DA TEXEMALHA

Desde 14 de Maio que as operárias desta firma vêm desenvolvendo esforços para melhorarem as suas péssimas condições de trabalho. Mas os patrões não desarmam. Aproveitando o período de férias, despediram onze operárias, 4 delas delegadas sindicais e ameaçaram mais 34 de despedimento. A posição justa e firme das trabalhadoras, os patrões (um deles ex-presidente da extinta ANP, na freguesia de Arcozelo) respondem com a ameaça de encerrar a fábrica. Mas as operárias da TEXEMALHA, firmemente apoiadas pelo seu Sindicato, mantêm-se, noite e dia, há mais de uma semana, junto do seu local de trabalho, numa prova de unidade, firmeza e coragem, como sublinha o Comité de Classe dos Têxteis do nosso Partido chamando a atenção para *o dever de apoiar as nossas colegas de trabalho e de luta*, na defesa do pão e do direito de trabalho.

Sessões e comícios

Dia 20 — No Pavilhão da Associação Académica da Amadora, às 21 horas.
Antes do comício será inaugurado o Centro de Trabalho do PCP na Amadora, na Estrada do Alto Maduro, 4.
No cinema da Encarnação, em Lisboa, às 21 e 30.
Na Academia 1.º de Junho, Largo Júlio Castilho, 3, no Lumiar (Lisboa).
Inauguração do pavilhão do PCP nas festas anuais de S. Mateus (Soure), aberto até dia 23.

Dia 21 — No Ginásio do Liceu de Aveiro, às 21 e 30, sessão de esclarecimento sobre co-gestão, autogestão e participação nos lucros.
No Centro de Trabalho do PCP, em Aveiro, para os trabalhadores de F. Ramada.
No Ginásio da Escola Industrial, em S. João da Madeira, sobre sindicalismo e problemas de trabalho com Avelino Gonçalves, António Mota e Manuel Paiva.
Na sede da Ordem (Marinha Grande), às 21 e 30, colóquio sobre «Análise sobre a economia na URSS e em Portugal» por Valdemar Quaresma.

Dia 22 — Em Brogueira (Torres Novas), homenagem nacional ao general Humberto Delgado, iniciativa do MDP/CDE da Brogueira, com a colaboração da Câmara Municipal de Torres Novas, jornal «O Almonda», PCP, PS, MJT e MDMP.
Em Redondo (frente ao edifício da Câmara), às 17 e 30, comício do PCP.

Sessões de cinema

Dia 20 — Sede do C. D. da Camarinha (Setúbal), às 21 e 30 — «A Vida na RDA» (falado em português).

Dia 21 — Centro de Trabalho do PCP, em Grândola — «A Vida na RDA».

Já se encontra em funcionamento um circuito de exibição de filmes em 16 milímetros. Uma boa parte do trabalho diário do Centro de Cinema do PCP é dedicado à sua consolidação. Para o efeito é de desejar uma mais estreita colaboração com os Centros de Trabalho do Partido.

Os camaradas poderão fornecer-nos informações sobre a maneira como têm decorrido as projecções, sobre as dificuldades em arranjar máquina de projectar de 16 mm, pois em geral os Centros de Trabalho não a têm e, em certas regiões, os camaradas desconhecerem que poderão encontrá-las noutros sítios. Gostaríamos de saber quais são também os melhores dias da semana para se fazerem sessões de cinema, sabendo-se que, sobretudo nas zonas rurais, há dias preferenciais e que o melhor dia para uma região poderá não ser o de outra. É igualmente importante que os camaradas nos digam quais os temas dos filmes que se lhes afiguram prioritários e que nos dêem sugestões que permitam melhorar o

DISTRIBUIÇÃO DO «AVANTE!»
À ATENÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES LOCAIS DO PCP

Solicita-se a todas as organizações do PCP que comuniquem regularmente ao «Avante!» — Serviço de Distribuição, até cada terça-feira, as quantidades de jornais que pretendem receber nessa semana.

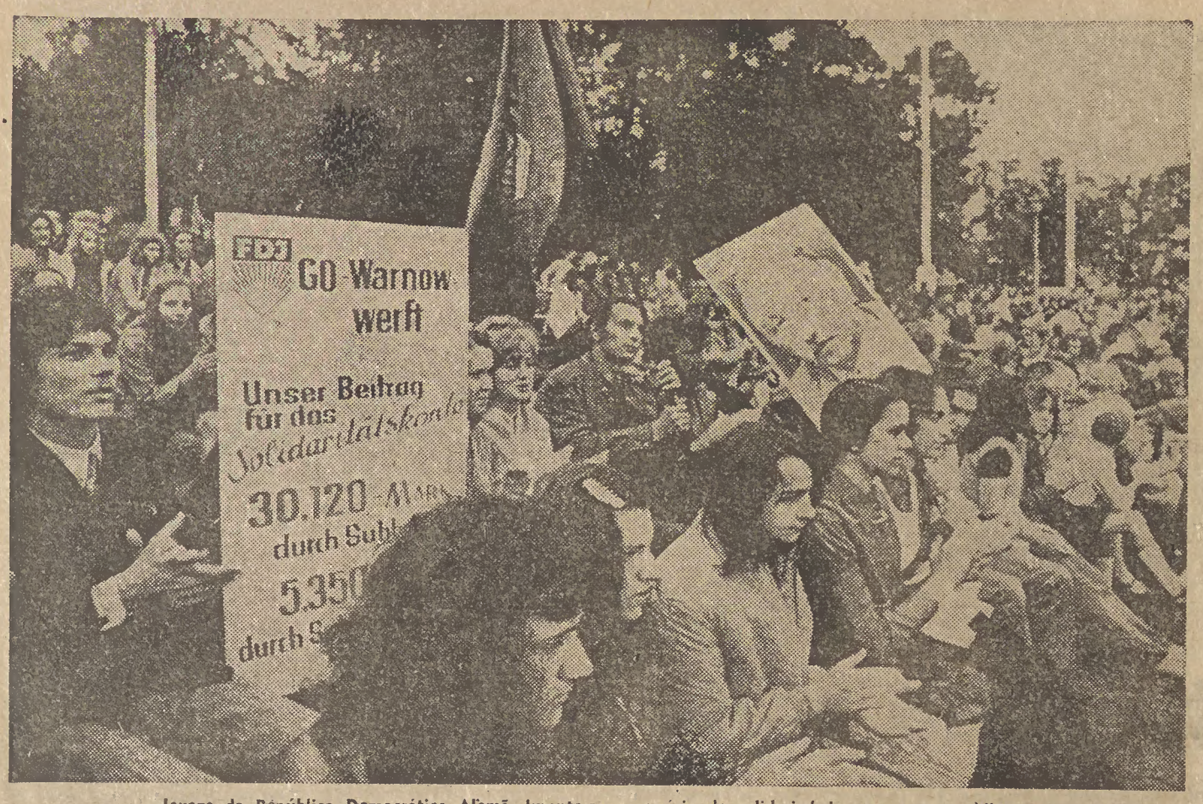
«AVANTE!» — Rua António Serpa, 26 - 3.º, Dt.º — Telefone 76 64 45 — Lisboa-1

Rádio Portugal Livre

A voz que o fascismo nunca pôde calar

Todos os dias, em três períodos de emissão:
Das 8 às 9 — em 19, 20, 21 25 metros
Das 19 às 21 — em 19 e 26 metros
Das 0.20 às 0.50 — em 25 26, 32 e 36 metros
Das 0.50 à 1.20 — em 26 metros

Período de emissão complementar, aos domingos:
Das 13 às 13.30 — em 19, 20, 25 e 26 metros



Jovens da República Democrática Alemã durante um comício de solidariedade com o povo chileno

REGRESSOU DA RDA UMA DELEGAÇÃO DA UEC

No seguimento das relações amistosas entre a juventude portuguesa e a juventude da República Democrática Alemã — que se traduzira ainda recentemente na participação de numerosa delegação de Portugal no X Festival Mundial da Juventude e dos Estudantes no Verão de 1973 em Berlim — deslocou-se na passada semana à RDA, a convite da organização revolucionária da juventude da RDA, a Juventude Livre Alemã (FDJ), a primeira delegação oficial da União dos Estudantes Comunistas.

Pelo significado histórico que assume o intercâmbio de jovens do nosso país com a juventude dos países socialistas, contactámos com estes militantes da UEC para trocarmos impressões sobre a sua visita.

«AVANTE!» — A vossa deslocação deveu-se, segundo pensamos, a um convite da FDJ. Que nos podiam dizer sobre a organização da juventude na RDA, carácter e objectivos da FPJ?

R. — Parece-nos particularmente interessante falar sobre os objectivos da FDJ, já que em Portugal, durante o fascismo, as organizações autónomas da juventude foram sempre reprimidas ao mesmo tempo que os governos de Salazar e Caetano faziam tentativas para criar grandes organizações fascistas (como a MP), que foram repudiadas pelos nossos jovens, saldando-se sempre por totais falhanços, numa clara demonstração do carácter antijuvenil do fascismo.

A FDJ é uma grande organização de massas, que engloba 80 por cento dos jovens dos 14 aos 25 anos num total superior a dois milhões, sem contar com a organização dos Jovens Pioneiros.

A juventude constitui uma importante força política dentro da RDA e a sua participação na vida pública é um facto palpável que se traduz por exemplo no grande número dos seus representantes nos diversos órgãos de Poder, incluindo 40 deputados da FDJ na Câmara do Povo.

A FDJ educa activamente os jovens da RDA numa mentalidade sã, de amizade e de camaradagem e de solidariedade com os povos irmãos dos países socialistas e com os povos oprimidos de todo o Mundo.

A FDJ propõe à juventude trabalhar e aprender bem para melhor poder servir a sociedade e a construção do socialismo. Este programa concretiza-se na prática com um profundo trabalho político de massas cujo conteúdo é a educação dos jovens no espírito da solidariedade internacionalista e dentro do espírito patriótico socialista, que passa pela amizade com a URSS e com os outros países socialistas, que passa pelo reconhecimento do papel dirigente da classe operária e do partido da classe operária, visando fortalecer nos jovens o espírito de defesa da construção do socialismo e do seu país, no combate ao imperialismo.

Este trabalho político desenvolvido com a mais larga participação através da organização da FDJ abrange jovens de todas as situações, desde os jovens operários aos estudantes, desde os jovens militares aos jovens professores.

A força da FDJ, o seu carácter de massas e a sua grande influência política, dentro duma ideologia unitária, como organização unificada de toda a juventude da RDA, constituem uma riquíssima experiência para a juventude de todo o mundo.

«AVANTE!» — Vocês falaram em estudantes e jovens operários. Gostaríamos que explicassem melhor porque é que estabeleceram essa diferença.

R. — A distinção entre estudante e jovem trabalhador não tem nada a ver com a que existe, por enquanto, em Portugal. Na RDA todo o ensino é gratuito e para todos os jovens há dez anos básicos e obrigatórios, na plena tradução do direito à educação para todos. A partir desses primeiros dez anos, os estudantes que mostraram maior interesse e obtiveram melhores classificações entram para a Universidade.

Os outros passam a institutos técnicos, onde aprendem uma profissão, começando depois a trabalhar, e, se se distinguem no seu trabalho, voltam então a estudar, ingressando na Universidade, o que anualmente se verifica com algumas centenas de milhares de trabalhadores.

É de notar que mesmo os estudantes são considerados jovens trabalhadores e recebem igualmente um salário. Por outro lado, os estudantes participam directamente na produção, integrando-se durante parte do tempo de férias em brigadas de trabalho que actuam quer na RDA quer noutros países socialistas em conjunto com jovens de outras nacionalidades.

«AVANTE!» — Foi já diversas vezes focada a importância da FDJ. Falem-nos mais concretamente da organização e do trabalho da FDJ, por exemplo, nas fábricas.

R. — A organização assume naturalmente formas diferentes conforme o ramo de produção. Um complexo industrial com concentração de grande número de operários tem uma organização diferente da que existe, por exemplo, na construção civil, em que os operários estão distribuídos por brigadas de trabalho. De qualquer forma, em traços gerais, são aspectos comuns, por exemplo, a publicação regular dum jornal por empresa, em que são abordados problemas da fábrica, do partido, dos jovens, problemas culturais e outros.

Todos os anos a FDJ organiza aos vários níveis a discussão e a definição do plano de trabalho anual, de acordo com o plano geral do Estado, no qual a introdução de alterações é frequentemente proposta. Um dos grandes objectivos é não apenas cumprir os planos como ultrapassá-los, o que representa muitos milhões de marcos poupados anualmente. O horário de trabalho geral é de 8 horas e 45 minutos de 2.ª a 6.ª. Fora deste período os jovens FDJ organizam por vezes trabalho voluntário. Outra palavra de ordem é a de produzir o máximo com o menor gasto de material.

Os membros da FDJ promovem igualmente actividades culturais e desportivas e fomentam o estudo do marxismo-leninismo e da situação política mundial, sendo frequentes os concursos de todos os tipos entre os vários colectivos ou as várias brigadas. (Este ano 350 000 FDJ fizeram um exame especial de marxismo-leninismo e de conhecimentos sobre o desenvolvimento mundial.)

A elevada consciência política traduz-se ainda, e não é o aspecto menos importante, na grande participação em campanhas de solidariedade internacional, que se revestem dos mais variados tipos, desde a construção de escolas para o Vietname à abertura de contas de solidariedade em bancos, até ao próprio trabalho para o grande êxito do X Festival, entre muitos outros exemplos.

«AVANTE!» — Um dos aspectos em que é bem saliente a diferença entre as sociedades socialistas e as sociedades capitalistas é o da situação da mulher trabalhadora. O que é que nos podem dizer a este respeito, daquilo que viram na RDA?

R. — Para começar, o direito ao trabalho é igual ao dos homens: as mulheres têm acesso a todas as profissões e evidentemente por salários iguais (lembremos de passagem que o desemprego é totalmente desconhecido na RDA, havendo por vezes, pelo contrário, o problema da falta de trabalhadores). Actualmente a participação da mulher no trabalho é da ordem dos 83 por cento. Em determinados aspectos específicos nota-se ainda mais vincadamente o que é uma verdadeira política social para servir o povo. É o caso da jovem mãe, que é dispensada do trabalho 3 meses antes do parto e nos dois meses seguintes. Em vários campos estão sendo alcançadas maiores reduções do tempo de trabalho das mulheres que têm filhos para cuidar bem como aumentos no tempo de férias (passadas em locais construídos pelos trabalhadores duma fábrica ou dum sindicato para sua própria utilização gratuita).

Muitas coisas haveria ainda a dizer sobre a assistência médica e social. Acrescentemos apenas um aspecto significativo, que são as recentes medidas de ajuda aos jovens casais: cinco mil marcos (que equivalem a cinquenta contos) de empréstimo, pagáveis a cerca de 500$00 por mês (o salário médio dum trabalhador é de 8 contos), e este reembolso pode inclusivamente ser dispensado na totalidade consoante o número de filhos.

«AVANTE!» — Um outro assunto. A situação política em Portugal é objecto da atenção geral em todo o Mundo. Que pensam os jovens da RDA sobre esta questão?

R. — A contribuição que a consolidação da democracia em Portugal traz para a Paz no mundo é objecto do maior interesse na RDA, país que ainda hoje é alvo constante dos ataques do imperialismo.

O inimigo de classe fala a mesma língua: violando descaradamente todos os acordos que firmaram, os imperialistas servem-se do estatuto especial de Berlim ocidental para fazerem toda a espécie de provocações contra a RDA, designadamente através da ideologia reaccionária difundida pelas várias cadeias de televisão e rádio ali instaladas.

O povo da RDA, que, principalmente a seguir à guerra, recebeu um grande apoio do povo da União Soviética, atribui um enorme valor à solidariedade internacional. A sua juventude está presente em todas as manifestações internacionais de apoio aos povos oprimidos (como pudemos ver, entre muitos outros exemplos, no grande comício de apoio à luta do povo chileno).

Nas fábricas, nas escolas, em todo o lado é patente o interesse pela situação política em Portugal e pelos passos dados no sentido da descolonização. Foi-nos várias vezes manifestada grande admiração pela luta travada durante o fascismo pelo povo português, em que destacavam sempre o papel fundamental da actividade revolucionária do PCP, cuja organização e orientação política ontem como hoje consideram correcta, sublinhando ainda a grande contribuição dada pelo Partido ao movimento comunista internacional.

«AVANTE!» — Ficam evidentemente muitos aspectos por tratar. Gostaríamos, no entanto, para acabar, que se referissem a um aspecto que causa muita admiração a todo o mundo — os êxitos que o campo socialista, nomeadamente a RDA, tem obtido nas actividades culturais e desportivas.

R. — Pelo que pudemos ver, em todas as conversas que travámos com jovens de diferentes sítios e ocupações, ressaltou muito claramente que a cultura e o desporto são parte integrante e dominante da sua actividade diária.

Convém desde já recordar que na RDA não existem os ritmos de trabalho infernais e em condições desumanas, características dos países capitalistas, e assim os tempos livres podem ser, e são-no efectivamente, aproveitados para desenvolver plenamente as capacidades de cada um.

A organização da actividade cultural processa-se a todos os níveis, desde o local de trabalho e residencial até ao da cidade e do país. Multiplicam-se por todo o lado casas de cultura, cinemas, teatros, bibliotecas. Assim, é de facto massiva a participação em festivais, exposições de arte, realizações de vário tipo, ao mesmo tempo que o número de publicações aumenta sem cessar. A cultura adquire realmente um carácter de massas e de conteúdo proletário universal e muito rico.

Quanto ao desporto, já sabíamos bem que os resultados alcançados pela RDA em competições internacionais (que o fascismo e o imperialismo não conseguiram ocultar) não eram fruto do acaso. Esses sucessos tinham de passar necessariamente pela prática do desporto estendida às vastas camadas da população. E, são de facto, uma realidade a organização do desporto a todos os níveis, com um estudo científico de todo o fenómeno, a prática massiva de todas as modalidades (praticamente todas as crianças com menos de 10 anos já sabem nadar), a existência de centenas e centenas de estádios, campos, ginásios, piscinas, etc.

Os festivais desportivos de fábrica, por exemplo, precedidos por competições a nível de brigada de trabalho, são realizados com regularidade e constituem parte da actividade corrente das empresas.

ASSINA O "AVANTE!"

Perto de 50 milhões de mulheres trabalham na União Soviética

QUAIS SÃO OS SEUS DIREITOS?

Na URSS, as mulheres conquistaram pela primeira vez a sua completa emancipação depois da Grande Revolução Socialista de Outubro de 1917. A Constituição soviética concedeu-lhes o direito de, em pé de igualdade com os homens, receber instrução e escolher uma profissão de acordo com a sua preparação, forças e vocação. Este direito é-lhes assegurado pelo constante progresso da economia, da ciência e da cultura no país e pelo trabalho garantido em qualquer sector de actividade.

De acordo com os dados da estatística, na economia da URSS trabalham actualmente 48 milhões e 707 mil mulheres, que constituem, assim, 51 por cento de toda a população activa do país.

Em cada 100 médicos soviéticos, 72 são do sexo feminino. No comércio e na alimentação pública as mulheres constituem 76 por cento do total dos empregados, no ensino público e cultura — 73 por cento, nos serviços de comunicação e transportes — 68 por cento, nos diferentes serviços públicos — 53 por cento.

Cerca de metade das pessoas que trabalham nos diversos ramos da ciência e das artes são mulheres. Três mil e quinhentas possuem o título de doutor em ciências, 68 mil de mestre em ciências e cerca de 2 mil são professores catedráticos e sócios ou sócios-correspondentes das academias.

A mais baixa percentagem de mulheres empregadas verifica-se nos transportes e na construção civil. Nas minas e secções de empresas da indústria química, nas quais o trabalho é prejudicial à saúde, não são admitidas mulheres de acordo com a legislação do trabalho que proíbe o emprego de mulheres em tais secções, assim como em trabalhos subterrâneos.

De que modo conciliam as mulheres soviéticas a sua actividade profissional com os seus deveres de mães, esposas e donas de casa? Não prejudicará uma coisa a outra? Sabe-se, por exemplo, que na maioria dos países capitalistas a actividade profissional da mulher baixa depois do nascimento dos filhos, só voltando a subir entre os 35 e os 40 anos de idade, altura em que, dum modo geral, entra na escola o seu último filho.

Para a mulher soviética, naturalmente, também seria difícil conciliar a sua actividade na produção com os deveres de mãe e de dona de casa, se o Estado não protegesse os seus interesses.

Assim, na URSS toda a mulher que trabalha tem direito a 56 dias de férias antes do parto e 56 dias depois do parto, integralmente remunerados. Além disso, tem ainda o direito de prorrogar estas férias por mais 10 meses, por conta própria sendo-lhe conservado o emprego e contando esse tempo para a reforma. A partir do ano passado aumentou também na URSS o prazo da licença especial que é concedida às mães para tratarem dos filhos sempre que estes estão doentes. Elas têm direito a essa licença tantas vezes ao ano quantas for necessário e sempre que o médico o achar indicado.

As mães soviéticas têm à sua disposição uma ampla rede de creches e de jardins de infância que, actualmente, são frequentados por 9 milhões e 900 mil crianças. Os jardins de infância destinam-se a crianças entre os 3 e os 7 anos, as creches são frequentadas por crianças até aos 3 anos. Nas creches, as crianças são assistidas por pessoal competente, com instrução especial e profundos conhecimentos de enfermagem e puericultura. Daí se explica a enorme confiança com que as mães deixam os seus filhos nos jardins infantis e nas creches enquanto trabalham.

A manutenção das crianças em jardins infantis e creches é vantajosa para os pais também do ponto de vista económico. O Estado gasta anualmente de 400 a 500 rublos (1 rublo=1,3 dol. US) com a manutenção de cada criança em estabelecimentos de educação pré-escolar. Os pais das crianças, entretanto, só pagam anualmente 78 rublos no caso das creches e 94 rublos, no caso dos jardins de infância, soma bastante inferior ao salário médio mensal de qualquer trabalhador na URSS.

Por trabalho igual, a Constituição da URSS garante à mulher salário igual. Na prática, porém, pesadas as regalias de que gozam as mulheres, por trabalho igual elas recebem um salário maior que o dos homens. Entre essas vantagens, além da licença às gestantes e da licença para tratar dos filhos em casos de doença, figura a transferência para serviços mais ligeiros durante a gravidez, conservando, porém, o mesmo salário: uma hora suplementar durante o trabalho no caso de amamentarem um filho; e, direito de não trabalharem em turnos nocturnos.

As mulheres que trabalham têm, na URSS ainda mais uma vantagem em relação aos homens: enquanto estes só se podem reformar uma vez atingidos os 60 anos, as mulheres reformam-se logo que atinjam os 55.

O que leva as mulheres a trabalharem? O que explica os 48 milhões e 707 mil mulheres que trabalham na URSS? Evidentemente, que não é apenas uma questão de ordem material. É completamente compreensível que uma mulher que tenha recebido instrução e aspire ter uma participação activa na vida da sociedade, não se satisfaça apenas com os estreitos horizontes da vida doméstica. No trabalho, ela tem à sua frente um vasto campo em que se pode afirmar na máxima plenitude da sua inteligência, da sua energia, do seu talento e das suas capacidades de organizadora e de dirigente.

A Constituição da URSS criou condições para que as mulheres possam tomar parte activa no governo do país. Quatrocentos e setenta e cinco mulheres são deputadas ao Soviete Supremo da URSS. Do número total de deputados aos sovietes locais, cerca de metade são mulheres. Esta actividade não remunerada em órgãos do poder é por si bem reveladora da participação activa da mulher soviética na vida pública do país.

Aula de peritagem mercantil numa escola de comércio cooperativista da URSS

O ENSINO EM CUBA

CEM MIL BOLSAS DE ESTUDO NO PRÓXIMO ANO LECTIVO

No novo ano lectivo 1974-75, que acaba de começar, o Governo cubano pôs à disposição dos estudantes, de todos os graus de ensino, 100 mil bolsas de estudo. Compreender o alcance desta medida é compreender o caminho percorrido pelo povo cubano desde 1959 até agora.

O triunfo revolucionário pôs fim ao sistema de estudos privados em Cuba e toda a responsabilidade pela educação e instrução do povo recaiu sobre o Estado. Para um país que tinha um milhão de analfabetos entre os seus seis milhões de habitantes em 1959, a tarefa não foi fácil.

A pedra angular da nova escola cubana é o amplo sistema de bolsas de estudo que o Governo Revolucionário estabeleceu e que, em cada ano que passa, recebe novos impulsos.

Se levarmos em conta o número relativamente pequeno de habitantes deste pedaço de terra do continente americano, onde, pela primeira vez, flutua a bandeira do socialismo, não podemos deixar de nos sentir impressionados com as 100 mil bolsas de estudo que o Governo cubano acaba de oferecer este ano às crianças e aos jovens do país.

A lista de profissões e especialidades que os estudantes têm perante si é longa e variada. Destacam-se, como é natural, entre elas, as que têm papel fundamental no desenvolvimento do país, o que não quer dizer, de modo algum, que fiquem vocações por atender noutros domínios. Desde piloto de aviação a bailarino, todos têm uma bolsa à sua espera.

Num sistema onde a educação alcança níveis numéricos de tal modo elevados, como é o caso de Cuba, tem prioridade a formação de professores. Daí que mais de 11 mil bolsas de estudo no ano lectivo que começou sejam destinadas a estudantes do Magistério Primário e 9 mil a estudantes de Pedagogia.

A construção de escolas em Cuba, no momento presente, não tem paralelo em nenhuma parte do Mundo.

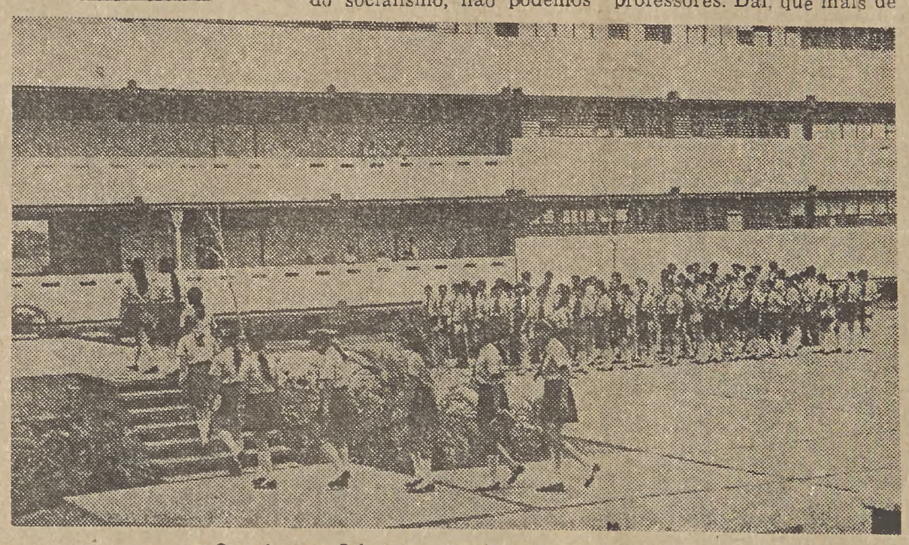
Muita gente que visita Cuba pergunta onde obtém este país, pobre, em vias de desenvolvimento, os recursos suficientes para oferecer a toda a juventude uma educação de nível tão elevado.

A resposta encontra-se na participação massiva dessa juventude nos programas de desenvolvimento e produção, que são parte da nova concepção pedagógica que se aplica em Cuba.

«Um país pobre — dizia Fidel Castro ao inaugurar um grupo de 44 modernissimas escolas — não poderia dar educação a todos se todos não participassem nas actividades produtivas. Caso contrário, teria de condenar-se uns a não estudar, e só uns poucos poderiam estudar.»

Os estudantes cubanos combinam o estudo com o trabalho. Até crianças da instrução primária realizam actividades produtivas ao nível da sua idade. Tratam de hortas, plantam flores, cuidam dos espaços verdes. Os estudantes das escolas secundárias participam já nas colheitas de frutos e no tratamento dos pomares. Os estudantes dos institutos politécnicos e das universidades estão ligados às empresas e, nestas, à especialidade que escolheram.

Este sistema de ensino, em Cuba, tem obtido excelentes resultados, particularmente no que respeita à educação da juventude quanto à sua atitude para com o trabalho. De tenra idade procura-se incutir na criança o hábito da disciplina, o amor ao trabalho, forjando-se, assim, homens de mentalidade nova.



O ensino em Cuba: uma grande vitória da revolução

Breves notícias dos países socialistas

A AGRICULTURA DOS PAÍSES DO CAME

● O desenvolvimento da agricultura socialista dos países membros do CAME (Conselho de Ajuda Mútua Económica) é determinado cada vez mais pela integração, especialmente pelo estreito entrelaçamento das economias nacionais destes países com a União Soviética. A esta constatação chegaram os representantes, os chefes das delegações à 40.ª sessão da Comissão Permanente da Agricultura do CAME, realizada recentemente em Praga. Um dos pontos principais da sessão foi precisamente o balanço dos 25 anos de actividade do CAME e os resultados obtidos nesse período no domínio da agricultura.

UNIÃO SOVIÉTICA

● Os estúdios centrais de filmes documentários da URSS acabam de terminar um filme dedicado a Pablo Neruda. «Estar sobre Esta Terra» é o nome do filme que relata a estada de Neruda no país do socialismo, mostrando cenas da sua primeira viagem à URSS em 1949, os seus encontros com operários, camponeses e escritores. O filme foi estreado no dia em que passou um ano sobre a sua morte e integrado na jornada de solidariedade ao povo chileno.

● A URSS mantém relações comerciais e económicas com 110 países, informou Ivan Arkhipov, vice-primeiro-ministro da URSS, numa sessão da Câmara do Comércio e Indústria da URSS, inaugurada no passado dia 12, em Moscovo.

Os delegados que participam na sessão representam mais de três mil grandes empresas industriais e instituições científicas. Segundo comunicou Boris Boríssov, presidente da Câmara do Comércio e Indústria, as operações de comércio externo da URSS aumentaram o ano passado em 20 % em comparação com 1972, ou seja, num total de 31 300 milhões de rublos. No mesmo período foram apresentadas no estrangeiro 32 exposições soviéticas com cerca de 70 mil artigos, e, no mesmo período, realizaram-se na URSS mais de 160 exposições estrangeiras.

● Os operários metalúrgicos de Krivoi Rog produziram estes dias a tonelada de aço número 100 milhões. Há precisamente 40 anos foi produzida a primeira tonelada de aço em Krivoi Rog, um dos principais centros metalúrgicos da URSS e onde se constrói actualmente o maior alto forno do Mundo, com uma capacidade de 5000 metros cúbicos.

● Por sua vez, a maior central hidroeléctrica do Mundo, a de Krasnoiarsk, na Sibéria, forneceu, também estes dias, o quilovátio-hora número 100 milhões.

REPÚBLICA POPULAR DA POLÓNIA

● Nos primeiros oito meses deste ano, nos estaleiros navais da Polónia, foram construídos 58 grandes barcos e foram lançados à água 55 outros barcos de menor tonelagem.

REPÚBLICA DEMOCRÁTICA ALEMÃ

● Mais de 90 % dos filiados da Central Sindical da RDA, FDGB, dão uma considerável contribuição financeira à solidariedade internacional. Por exemplo, em 1973 foram recolhidos 35 milhões de marcos para o povo vietnamês e o fundo de solidariedade ao Chile recebeu até agora 26 milhões de marcos.

● Completou 10 anos de existência a Casa do Professor da capital da RDA. O balanço feito à sua actividade revelou que, no decorrer desses 10 anos, foram levadas a cabo mais de 60 mil iniciativas em que tomaram parte cerca de dois milhões de professores. Este importante centro dos professores da RDA registou durante o mesmo período a visita de 50 mil professores estrangeiros.

REPÚBLICA POPULAR DA BULGÁRIA

● Na Bulgária, por altura da comemoração do seu 30.º aniversário, recentemente comemorado, entrou em funcionamento a primeira central atómica da Bulgária, construída segundo projectos soviéticos e com o apoio de especialistas da URSS.

REPÚBLICA SOCIALISTA DE CUBA

● Grandes obras de ampliação, reconstrução e modernização estão em curso nos importantes portos cubanos de Havana, Cienfuegos e Santiago de Cuba. No ano 2000 essas obras estarão completamente concluídas e os portos a funcionar segundo os moldes mais modernos.

REPÚBLICA POPULAR DA MONGÓLIA

● O número de médicos aumenta neste país socialista, que conta actualmente com 19,8 médicos para cada 10 mil habitantes. Além disso, a rede de assistência do país dispõe ainda de 67 assistentes de Medicina e 99 camas nos hospitais também por cada 10 mil habitantes. (ADN)

TUDO O QUE ENFRAQUECE A UNIDADE ABRE O CAMINHO À REACÇÃO

—afirmou Alda Nogueira em Paço d'Arcos

Alguns milhares de pessoas assistiram, na noite da passada sexta-feira, no pavilhão gimnodesportivo de Paço d'Arcos, a um comício do PCP, no qual participou, entre outros camaradas, Maria Alda Nogueira do Comité Central.

Antes da intervenção da camarada Alda Nogueira, usaram da palavra: Francisco do *Marte* (operário da Autonil), Carlos Amaro, de Paço d'Arcos, Joaquim Anacleto, também de Paço d'Arcos, Rui Abreu da UEC, António de Sousa (célula do PCP na Philips) e ainda Artur Lino, funcionário do PCP.

Após ter apresentado as saudações do Comité Central do PCP, Alda Nogueira fez alusão à grande manifestação de apoio à Frelimo e contra a reacção que provou, de forma inequívoca, os sentimentos anticolonialistas, anti-racistas e antifascistas do povo português. Referindo-se mais adiante aos acontecimentos de Moçambique disse, sublinhando a urgência de uma constante vigilância popular:

O que se passou há dias em Moçambique, após a assinatura dos Acordos de Lusaka, em que os colonialistas fascistas fizeram correr o sangue de mais vítimas, é bem um sério aviso sobre até onde estão dispostos a ir os fascistas e colonialistas nas suas tentativas desesperadas para impedir ou atrasar o processo democrático e de descolonização em curso em Portugal e em África.

Não tenhamos qualquer dúvida: vendo desmascaradas e fracassadas as suas manobras para através da calúnia travarem a marcha do nosso povo e dos povos das colónias para a democracia, a paz e a independência, as forças reaccionárias, a direita, não hesitarão em recorrer à força para levar por diante os seus tenebrosos fins.

É por tudo isto que, a par da intensificação do saneamento e do desmantelamento da organização corporativa fascista em curso, urge intensificar por todas as formas a vigilância popular das massas, por toda a parte.

E acrescentou:

Que todas as clemências em relação aos fascistas mais notórios, que todas as libertações de criminosos fascistas ou com altas responsabilidades nos vários crimes cometidos pelos fascistas encontrem da parte das massas trabalhadoras uma condenação pronta (moções, etc.).

Que as manobras conspiratórias dos fascistas sejam localizadas pela vigilância do povo e que sejam desmanteladas e castigados os seus autores.

Que se intensifique por toda a parte a vigilância das massas populares.

Num outro ponto da sua intervenção, a camarada Alda Nogueira referiu-se à acção dos pseudo-revolucionários que funcionam como aliados eficazes da reacção:

Fazendo eco com as calúnias dos fascistas, da reacção, contra as forças democráticas, o Governo Provisório e o MFA, pondo constantemente em causa os sucessos alcançados, ainda que alguns apenas parcelares, os extremistas com a sua actuação irresponsável continuam lamentavelmente a facilitar o terreno às manobras da reacção, dirigidas contra a jovem Democracia Portuguesa.

Soprando constantemente aos ouvidos desprevenidos das massas trabalhadoras palavras de ordem e «slogans» irrealistas, estes pseudo-revolucionários mostram bem os interesses que servem, ao fim e ao cabo, e quer o queiram quer não.

Mais adiante afirmou:

O PCP considera ainda que o apoio popular ao actual Governo Provisório e ao MFA servem a causa da Democracia no nosso país. Tal apoio não implica, porém, como é óbvio, uma adesão total e indiscriminada a todos os actos e decisões do actual Governo Provisório.

Haverá alguém de boa fé que acredite que a lei de greve e do «lock-out» e a lei de reunião satisfaçam completamente os trabalhadores, os comunistas e outros democratas?

É evidente que só pessoas interessadas em denegrir os comunistas e o PCP, em falsear a imagem de uns e doutro, podem afirmar tal absurdo.

Terminou recordando a importância que tem agora para a luta democrática a preservação da unidade entre as forças que nela se encontram empenhadas.

A unidade sindical e a unidade democrática, a unidade da classe operária são hoje, mais do que nunca, necessárias para fazer avançar o processo de democratização e de descolonização em curso no País.

Tudo o que enfraqueça tal unidade, tudo o que contribua para a pôrem causa serve os objectivos da reacção, facilita o terreno às suas manobras antidemocráticas.

Terminada a intervenção da camarada Alda Nogueira realizou-se uma breve sessão recreativa a cargo do camarada José Jorge Letria, que cantou, entre outras, uma canção de solidariedade com o povo chileno acompanhada em coro. O comício terminou com a assistência a cantar de pé «Avante Camarada» e a «Internacional».

Duas mil pessoas em Gouveia no primeiro comício do PCP

Realizou-se em Gouveia, no Concelho da Guarda, o primeiro comício do Partido Comunista Português. No ringue de patinagem local, estiveram presentes cerca de 2000 pessoas, que assim responderam à ampla convocação e propaganda para o comício realizadas durante toda a semana anterior naquela vila pela Comissão Concelhia de Gouveia do PCP.

A mesa do comício, a que presidiu Carlos Luís Figueira, da Direcção da Organização Regional do Norte, do PCP, era composta por um representante do MDP, representantes das células de empresa do PCP daquela localidade, por membros da Comissão Concelhia e pelos camaradas Aníbal Figueira e Carlos Fraião, do Comité Regional das Beiras do PCP.

Usou em primeiro lugar da palavra o camarada José Augusto, da Comissão Concelhia, que historiou as ofensivas com que a reacção pretendeu deter o processo de democratização iniciado em 25 de Abril frisando o significado dos desaires que ela já sofreu e apelando para a grande vigilância popular contra as conspirações fascistas. Falaram depois os camaradas Ismael da Silva e Alberto Notas, representantes das células de empresa da Bellino & Bellino e da Sociedade Industrial, um e outro para referirem especialmente o papel do nosso Partido na defesa dos interesses dos trabalhadores, ontem como hoje, recordando, a propósito, as grandes lutas operárias de Gouveia em 1946 e a brutal repressão que se lhes seguiu, lutas que foram determinadas e impulsionadas pela organização do nosso Partido. O representante do MDP de Gouveia referiu o papel e a importância da real força política que é o MDP e o seu papel no reforço da vigilância popular, no saneamento e como frente unitária antifascista com uma missão insubstituível ainda a desempenhar no actual processo de democratização.

As novas conquistas e o futuro

O camarada Aníbal Figueira inventariou os problemas mais sentidos pelas classes trabalhadoras da região e a que o fascismo sempre votou o maior desprezo, frisando que as **forças progressistas já deram passos em frente e algumas melhorias económicas e políticas beneficiaram amplas camadas dos trabalhadores e do povo, como, por exemplo, o ordenado mínimo nacional, que beneficiou cerca de 50 % da população activa do País, os aumentos salariais só possíveis com a nova conjuntura política, a ajuda económica às pequenas e médias empresas, as nacionalizações dos bancos emissores, o fim da guerra colonial, reconhecimento da República Guiné-Bissau, etc.**

Intervindo sobre o Programa do nosso Partido, Carlos Fraião acentuou que **ao contrário do que os reaccionários e os fascistas tentam espalhar entre a população, ao contrário do que insinuam os boatos venenosos dos inimigos dos trabalhadores que falam no perigo das «ditaduras de esquerda» e no «regime opressivo dos comunistas», o Programa do Partido Comunista Português está voltado para os interesses da esmagadora maioria do povo português. Com a realização do Programa do Partido terão a ganhar todas as camadas oprimidas e exploradas pelo domínação dos monopólios capitalistas. Com a realização do Programa do Partido Comunista Português só terá a perder uma minoria de parasitas, de monopolistas e de latifundiários ociosos que têm vivido à custa do trabalho do nosso povo e que são afinal os mesmos que durante 48 anos foram responsáveis pelos elevados níveis de exploração e pela brutal repressão desencadeadas sobre os trabalhadores.**

Combate à reacção e unidade

Encerrou o comício, cujas intervenções foram frequentemente interrompidas por *slogans* gritados em coro para vitoriar o nosso Partido, para invectivar a reacção e para conclamar a unidade das forças democráticas, o camarada Carlos Luís Figueira. Referindo os reais perigos provocados pela organização das forças de direita, afirmou que **o combate à reacção adquire na etapa actual uma grande importância histórica, pois dele dependerá o apressamento ou retardamento do processo de democratização. É necessário não lhe dar fôlego. É necessário prosseguir com firmeza o processo de saneamento das autarquias locais e do aparelho de Estado. É necessário combater o uso de armas económicas com o fim de sabotar a economia do País. É necessário proibir a propaganda fascista e contra-revolucionária e punir os seus responsáveis. É necessário estar atento, exercer a todos os níveis vigilância, detectar, descobrir e castigar severamente as conspirações fascistas.** E, mais adiante, referindo a necessidade de reforço da unidade das forças democráticas perante as ofensivas da reacção organizada: **No processo de democratização em curso é necessário, é imperioso assegurar a unidade entre as forças democráticas. Nunca como hoje foi tão necessária a unidade de todos aqueles que estão interessados na consolidação das liberdades e na condução do País à instauração de um regime democrático escolhido pelo próprio povo. Por isso mesmo há que combater todas as tentativas para dividir a classe operária, para fomentar cisões em sindicatos, há que combater firmemente os ataques que (num momento em que a reacção levanta a cabeça) são por vários lados feitos ao MDP e a outras organizações unitárias. Há finalmente que combater todas as tentativas para criar atritos e mesmo afrontamentos entre o movimento operário e popular e as Forças Armadas.**

No final do comício a assistência entoou em coro o «Avante Camarada» e vitoriou energicamente o PCP.

O PROGRAMA DO PARTIDO ANALISADO EM PONTE DE SOR

A Casa do Povo de Ponte de Sor foi pequena para conter os milhares de pessoas interessadas em assistir ao primeiro comício de esclarecimento do Partido Comunista Português na vila de Ponte de Sor.

Apenas cerca de 1200 pessoas couberam nas instalações e acompanharam com entusiasmo transbordante os oradores presentes.

Na mesa do comício tomaram assento os militantes Octávio Chambel, pela Comissão da Freguesia de Ponte de Sor; Hermínio Godinho, pela Comissão da Freguesia de Montargil, um representante do núcleo do Partido em Tramagal; José Amante, pela Comissão Concelhia de Ponte de Sor; Ana Maria Alves, de Lisboa; Joaquim Diogo Velez, de Benavila, e António Joaquim Gervásio, do Comité Central.

Foram oradores: José Amante, que focou aspectos da actuação da reacção no concelho e na vila de Ponte de Sor desde o 1.º de Maio, ontem opondo-se à actuação da Comissão local do Movimento Democrático, hoje, contra o PCP, utilizando todos os processos de boatos, calúnias, panfletos anónimos, numa campanha de raiva anticomunista, orquestrada com a que decorre em todo o País. Apontou, ainda, que ao nível de concelho, estão por detrás dessa campanha os grandes agrários e os interesses que defendem, já que se sabe terem sido alguns deles os que espalharam na vila a propaganda escrita anticomunista.

Seguiu-se no uso da palavra Joaquim Diogo Velez, que apontou aspectos da necessidade de unidade democrática e explicou o ponto de vista do Partido quando indica a importância da actividade do Movimento Democrático, dirigindo-se, ainda, e em especial, aos trabalhadores agrícolas e camponeses presentes, demonstrando e apontando aspectos do modo como essas classes têm sido exploradas e a consequente necessidade para o Povo de uma reforma agrária.

Ana Maria Alves começou por dirigir as suas saudações de combate às mulheres presentes, saudando nelas os trabalhadores mais explorados da sociedade em que vivemos, após o que passou a explanar toda a actuação do Partido como Partido da classe operária, dos camponeses, dos empregados, dos intelectuais, quer no tempo da clandestinidade quer no momento político presente. Explicou, ainda, o realismo político das palavras de ordem do Partido nesta fase da luta.

Finalmente, António Gervásio explicou aos assistentes de que modo só a organização dos trabalhadores a todos os níveis pode travar o passo à reacção e ao fascismo.

Dirigiu-se, ainda, aos trabalhadores, operários agrícolas e camponeses, lembrando exemplos da luta por melhores salários e melhores condições de vida, apontando-lhes o caminho da sindicalização, como processo da organização da luta no momento actual.

Antes de se terminar a fase de esclarecimento, foi aprovada uma moção a dirigir ao Primeiro-Ministro, brigadeiro Vasco Gonçalves, de regozijo pela independência da Guiné-Bissau.

No final, houve animada troca de perguntas e respostas com a mesa, após o que se cantou o «Avante, Camarada».

REUNIÕES NO CONCELHO DO MONTIJO

Em continuação do conjunto de sessões de esclarecimento organizadas pela Comissão Concelhia do Montijo do PCP, realizou-se uma sessão em Sto. Isidro-Pegões. Presentes cerca de 150 pessoas, na sua maioria camponeses.

A sessão foi aberta com palavras do camarada Francisco Azevedo, da Célula Local, cantando-se em seguida a Internacional. Falou em seguida a camarada Mariana Rato, da Comissão Concelhia do Montijo, sobre a luta do povo chileno. Enaltecendo a luta dos jovens, interveio José Augusto Estrela Santos, membro do MJT do Montijo, e a seguir Natalino Varela, que manteve vivo diálogo com a assistência, terminando a sessão com uma recolha de fundos para a luta do povo do Chile.

Também em Canha cerca de 700 pessoas, quase todos rurais, participaram numa sessão em que o papel do PCP enquanto partido dos trabalhadores, assim como os problemas dos pequenos e médios agricultores foram debatidos. Intervieram António José Zangado, Laura Cunha e Victor Branco.

VILA DO CONDE SAUDOU A INDEPENDÊNCIA DA GUINÉ-BISSAU

Promovida pelos MDP, PCP, UEC, PSP, Juventude Socialista e PPD, realizou-se no dia 10 uma grande manifestação comemorativa do DIA DA INDEPENDÊNCIA DA GUINÉ, a que se associou a Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Vila do Conde. Às 19 horas, muitas centenas de pessoas agruparam-se à entrada da Rua do Pinhal, que passou a denominar-se Rua da Independência da Guiné.

Junto de uma das lápidas coberta com a bandeira do Município, Saraiva Dias, vogal da Comissão Administrativa, depois de focar que o dia ficava memorável para a história da Humanidade, referiu a falta de diálogo franco e sincero de Salazar e Caetano com Amílcar Cabral, *«um dos homens mais notáveis do nosso século»*. Depois de fazer notar que *«qualquer pessoa com o mínimo de realismo, em especial todos os que lá lutaram sem saber porquê, compreenderam a miséria e o abandono a que a África estava votada há 400 anos»*, terminou afirmando: *«Será na Paz, irmanados com os nossos irmãos de toda a África, que devemos construir o futuro.»*

Orlando de Almeida Taipa, referiu-se à data histórica da Independência da Guiné, dizendo a dada altura: *«Durante muitos anos recusamo-nos a encarar com realismo e objectividade os factos sociais e políticos que o Ultramar punha à Nação portuguesa desprezando soluções, voltando as costas aos problemas. Hoje, desfraldamos as velas aos ventos da História. E o processo que hoje se inicia, por certo levará no futuro às melhores relações entre Portugal e os países africanos.»*

O estudante José Manuel do Carmo Cerejo, da Juventude Socialista, depois de dizer que era com o maior agrado que a JS participava na inauguração da Rua da Independência da Guiné, disse a dada altura: *«Vilacondenses, esta rua não é para ficar esquecida, nem nunca se esquecerá, pois está ligada a um facto histórico, traduzido por uma decisão de carácter firme, uma posição vertical, uma decisão que honra o povo português, e que o povo da Guiné jamais esquecerá.»*

Por último, falou o representante do PCP, o estudante João Fernando Malheiro da Silva Fernandes, que acentuou: *«De sacrificada numa guerra injusta, a juventude portuguesa começa a encarar com tranquilidade e optimismo o seu futuro e o da sua pátria. Não mais permitirá, contra sua vontade, as guerras injustas, as quais, aliás, sempre os jovens comunistas se opuseram com firmeza e determinação. O PCP ao ver reconhecida a Independência da República da Guiné, verifica que não foi em vão todo o apoio que desde sempre deu aos movimentos de liberdade e saúda o PAIGC, digno representante do povo da Guiné.»*

EM ALPIARÇA A FESTA DA LIBERDADE

Em Alpiarça, terra que ficará na história da resistência contra o fascismo, povoação onde nasceram tantos corajosos militantes antifascistas e onde o povo trabalhador deu exemplos de coragem e luta, de 21 de Setembro a 1 de Outubro vai viver-se, finalmente, a Festa da Liberdade!

Do extenso programa de realizações, destacamos algumas iniciativas. Assim, dia 21 de Setembro, em convívio com a população de Alpiarça, estará o Grupo Coral dos Aventureiros de Aljustrel; no dia 22, às 21 e 30, será projectado o filme «Reforma Agrária Cubana», comentado por Rogério Paulo; no dia 23, exibir-se-á o Rancho Folclórico da Casa do Povo de Alpiarça; no dia 24, no pavilhão gimnodesportivo, «Os Águias», às 21 e 30, acontecerá noite de poesia com a participação de Ary dos Santos, Mário Viegas, Armando Caldas, António Manuel Almeirante e Samuel; no dia 25, com a colaboração do Centro de Cinema do PCP, serão projectados os filmes «Bom Dia Bulgária» e «27 Minutos na URSS.» No dia 26, realiza-se um grande comício do nosso Partido, com a presença de Octávio Pato, Carlos Brito e Georgete Ferreira, membros do Comité Central; no dia 27, será noite de confraternização; dia 28, serão representadas as peças «No País dos Caracóis», pelo Grupo URDA, e «O Catecismo do Trabalhador», por elementos do G. A. T. A.; no dia 29, a noite será de Canto Livre, com a presença de Adriano Correia de Oliveira, Carlos Paredes, Fernando Alvim, Manuel Freire, José Jorge Letria e Rui Mingas; no dia 30, realizar-se-á um grande comício do MDP com a presença de diversos elementos da Comissão Central. Participarão neste comício, elementos do MJT, do MDMP e do PCP. Dia 1 de Outubro será a jornada do desporto com uma mesa-redonda, no gimnodesportivo «Os Águias», às 21 e 30.

A Festa da Liberdade não constituirá, no entanto, uma simples ocasião de convívio. O seu objectivo fundamental consiste na mobilização das massas na mobilização das forço da aliança com o MFA, o redobrar da vigilância, o combate à reacção, inimiga da democracia, em cuja construção o povo português está, inabalavelmente, empenhado.

ENTUSIASMO EM ABRIGADA

Uma imensa adega foi pequena para acolher em Abrigada todos os camponeses, operários, pequenos e médios agricultores e comerciantes, que aí se deslocaram para tomar parte em mais uma sessão de esclarecimento do PCP em terras de Alenquer.

Abriu a sessão o camarada Correia Pedro, do «comité» local, que após ter pedido um minuto de silêncio em homenagem aos militantes chilenos e portugueses vítimas do fascismo, minuto que foi sentidamente observado por todos os presentes, fez a apresentação dos oradores.

Em primeiro lugar, usou da palavra o camarada José Ermitão, o qual falou sobre o «problema religioso» que, como muito bem o demonstrou, nenhuma razão tem de existir, tratando-se afinal e unicamente de mais um dos estafados «cavalos de batalha» com que a reacção pretende iludir o Povo. Referiu-se ainda a vários aspectos da religião em países socialistas e ao papel desempenhado por vários cristãos progressistas, que a nosso lado combateram ao longo da pesada noite fascista.

De seguida falou a camarada Sara de Oliveira, que em vigoroso improviso, se referiu à mulher, à sua difícil vivência no regime anterior, «governando salários de fome» e, por força das circunstâncias, oferecendo a sua mão-de-obra «miseravelmente explorada». Por outro lado, lembrou a resistência que a estes desfavoráveis factores muitas mulheres souberam oferecer, apontando como exemplo a heróica e sempre lembrada Catarina Eufémia.

Em terceiro lugar, falou o camarada Manuel Fernandes, da DOROR, que depois de saudar todos os presentes em nome do nosso glorioso Partido, tratou assuntos vários, tais como o da Unidade de todas as forças democráticas, a luta contra as manobras da reacção e ainda muitos pontos importantes do nosso Programa, como por exemplo o da Reforma Agrária. Manteve também com a assistência interessante diálogo, muitas vezes sublinhado com palmas e entusiásticos gritos de apoio ao Partido.

Por último, falou o camarada António Abalada, de Alpiarça Sindicalismo agrário, cooperativas e associações agrícolas, bem como muitas experiências vividas pelas gentes da sua região em luta contra os grandes senhores da terra pela obtenção de mais justas condições de vida e trabalho, interessaram profundamente todos os assistentes.

Com uma estrondosa ovação foi ainda aprovado o texto de um telegrama protestando contra a libertação de Silva Cunha e Moreira Baptista.

Terminou a sessão por entre entusiásticos gritos de PCP e UNIDADE e ao som dos versos do «Avante Camarada» por todos cantado em coro.

A SOLIDARIEDADE INTERNACIONAL FAZ RECUAR PINOCHET

Com este título, a comissão organizadora da Semana de Apoio ao Povo Chileno divulgou o seguinte comunicado:

Noticiou a Imprensa que a Junta Militar chilena tinha feito cessar o «estado de guerra interno» que vigorou no Chile desde o golpe militar fascista, substituindo-o pelo «estado de sítio». O que significa que, embora se mantendo uma situação arbitrária que permite as buscas e a detenção de cidadãos sem ordem judicial nem formalidades prévias, em que os advogados continuam a não ter acesso aos processos, a não ser com prévia autorização; em que as liberdades continuam a ser espezinhadas; embora continuando, portanto, uma situação de opressão e terror, já não se aplica o Código Militar em tempo de guerra, que permitia os fuzilamentos e julgamentos sumários.

Não foi, certamente, pela boa vontade da Junta Militar que esta entendeu fazer cessar o «estado de guerra interna». A ditadura chilena deu já largas provas do seu desprezo pelos direitos mais elementares dos cidadãos.

Se a Junta Militar chilena recuou deve-se à luta que a resistência chilena, no interior e em condições bem difíceis trava contra o fascismo e o imperialismo e ao poderoso movimento de solidariedade internacional que por todo o mundo se desenvolve.

A comissão organizadora da SEMANA DE APOIO AO POVO CHILENO, que decorreu de 4 a 11 de Setembro no nosso país congratula-se por, de algum modo, ter contribuído para o enorme esforço internacional que, isolando a Junta fascista do Chile, a vai obrigando a recuar.

Não significa com isto que a situação que vive o Povo Chileno se tenha alterado fundamentalmente. Só a continuação da luta do Povo Chileno e a acção de solidariedade pode conduzir a novas vitórias do Povo Chileno.

Não significa, com isto, que a situação que vive o Povo do Chile se tenha alterado fundamentalmente. Mas abriu-se, indiscutivelmente, uma brecha na muralha de intransigência sustentada pela Junta Militar. É dever imperioso de todos os democratas e antifascistas intensificarem a solidariedade com o Povo do Chile, trazendo para o primeiro plano a exigência

— da libertação de todos os presos políticos e sindicais!
— do levantamento do «estado de sítio»!
— do estabelecimento das liberdades democráticas do Chile!

O CHILE VENCERÁ!

Lisboa, 16-9-1974

A Comissão Organizadora:
— Conselho Português para a Paz e Cooperação;
— Movimento Democrático Português/CDE;
— Intersindical;
— Movimento da Juventude Trabalhadora;
— Movimento Democrático das Mulheres;
— Partido Comunista Português.

TARDE INFANTIL EM PARANHOS

Domingo, dia 22, pelas 16 horas, e organizado pela Organização de Freguesia do PCP, terá lugar no Centro de Trabalho de Paranhos, à R. do Lindo Vale, 192, uma tarde infantil. Ao longo da tarde prevê-se a projecção de filmes e de desenhos animados, a feitura de desenhos referentes aos temas dos filmes e a terminar um convívio.

REUNIÕES E SESSÕES DE ESCLARECIMENTO

CABEÇÃO — Na Casa do Povo, cerca de 700 pessoas participaram numa reunião em que, entre vários oradores, usou da palavra a nossa camarada Sofia Ferreira, que se referiu largamente a diversos aspectos da actualidade política e à orientação do nosso Partido. Foram evocadas diversas lutas do passado, em que a combatividade e firmeza dos militantes do Partido foi posta à prova. As arremetidas da reacção também foram abordadas, tendo sido salientado que, apesar de o povo não ter ainda conquistado todos os direitos e benefícios a que tem direito, os reaccionários já dizem que é demasiado.

MONTE TRIGO — Setecentas pessoas estiveram presentes numa sessão realizada nesta localidade, a que estiveram presentes e usaram da palavra membros da Comissão Distrital, militantes da região e um representante do M. J. T., tendo sido focados, nomeadamente, problemas que afectam a agricultura e os trabalhadores do campo.

MATA (Torres Novas) — Realizou-se na Sociedade Filarmónica União Matense uma sessão promovida pela Comissão Concelhia de Torres Novas do PCP. Intervieram Fernando Matos, natural da Mata, que agradeceu a cedência da sala e apresentou os oradores: António Canelas, Carraça da Silva e José Pereira, representantes da Comissão Concelhia de Torres Novas do PCP. Assistiram cerca de 150 pessoas, que mostraram grande interesse pela explicação que os camaradas oradores deram do programa do PCP.

LOUSÃ — Promovida pela Comissão Concelhia da Lousã do PCP, realizou-se no Cine-Teatro da Lousã, uma sessão de esclarecimento sobre o programa e os objectivos do P.C.P, à qual assistiram cerca de duas centenas e meia de pessoas. A mesa foi integrada pelos camaradas Júlio Miranda, José Orlando e José Henggler, da Comissão Concelhia da Lousã; Lousã Henriques, da Comissão Concelhia de Coimbra; e Carlos Fraião, membro do Comité Regional das Beiras. A sessão foi iniciada com uma intervenção do camarada do CRB presente, sobre a história e o programa do nosso Partido, a que se seguiu um debate de esclarecimento às perguntas formuladas pela assistência, tendo surgido questões relacionadas sobretudo com a Reforma Agrária, com o sistema de liberdades no socialismo e no comunismo e ainda com a saúde nos países sócialistas.

S. VITÓRIA DO AMEIXIAL (Estremoz) — Problemas do ensino, do trabalho no campo, da orientação e finalidades do PCP, entre outros, foram abordados num comício efectuado nesta localidade, que se caracterizou pelo entusiasmo e vibração populares. Também aqui a ofensiva da reacção foi discutida, tendo os trabalhadores manifestado a sua determinação, em, através da sua unidade e vigilância, enfrentar e desmascarar as veleidades dos que pretendem o regresso ao passado.

NOVIDADE

O EXÉRCITO AO SERVIÇO DE QUEM?

O PAPEL POLÍTICO DOS MILITARES NOS PAÍSES DA ÁSIA, ÁFRICA E AMÉRICA LATINA, EM VIAS DE DESENVOLVIMENTO

ESC. 20$00

PRELO EDITORA — Rua da Misericórdia, 67, 2.º, E. - Lisboa

NOVIDADE

REVISTA INTERNACIONAL

PROBLEMAS DA PAZ E DO SOCIALISMO

a sair no dia 25

Devolve o cupão junto acompanhado de Esc:

195$00 (assinatura anual, para Portugal)

em cheque ou vale do correio, para Editorial Avante,

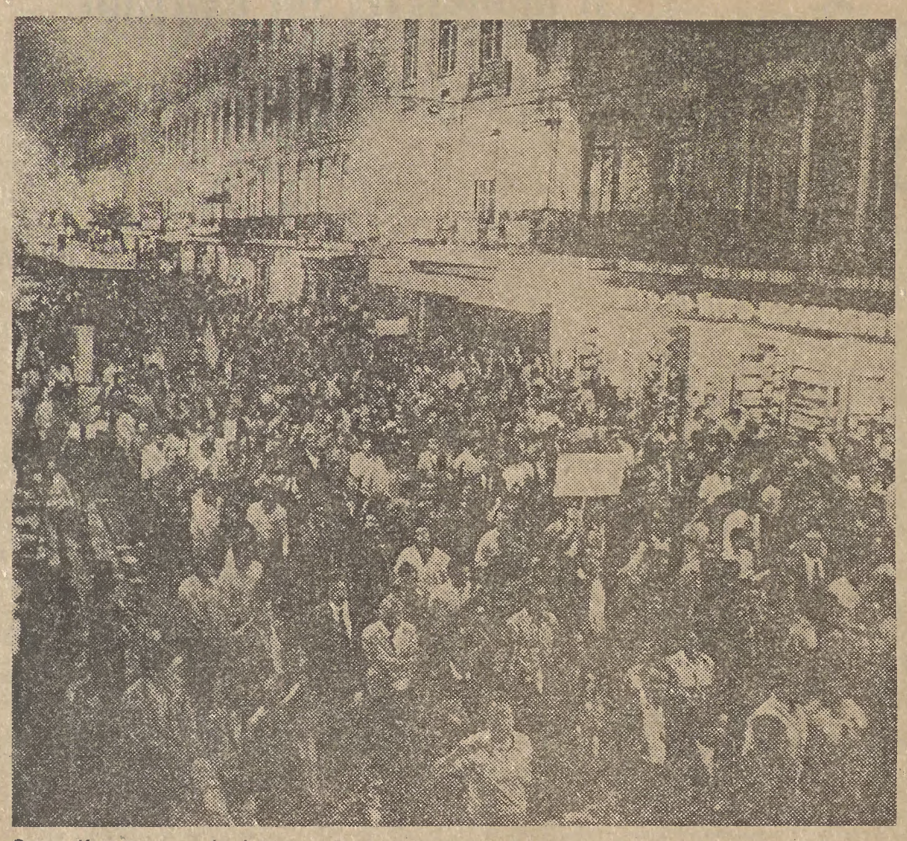
Av. António Serpa, 26 -2º.Esqº. Lisboa-1

Nome _____ R.

Profissão _____

Morada _____

Localidade _____ Telef. _____



Os manifestantes quando desciam a Rua do Ouro a caminho do Terreiro do Paço, onde depois se realizou um pequeno comício

Organizada pelo Comité de Lisboa do PCP

GRANDE MANIFESTAÇÃO DE APOIO À FRELIMO E CONTRA AS MANOBRAS DA REACÇÃO

Milhares e milhares de pessoas acorreram à manifestação convocada pelo Comité Local de Lisboa do Partido Comunista Português de apoio à Frelimo e contra as manobras da reacção, realizando-se a concentração na Praça dos Restauradores, na passada sexta-feira, ao fim da tarde.

Convocada só com dois dias de antecedência, a manifestação registou uma presença maciça da população (mais de 15 mil pessoas), apenas comparável às que sucederam espontaneamente logo após o 25 de Abril e em que o povo de Lisboa vinha para a rua, numa massa compacta, vitoriar a queda do fascismo.

Muito antes da hora marcada já as bandeiras vermelhas, com a foice e o martelo, ondulavam na Praça dos Restauradores e uma grande multidão se aglomerava junto à estátua. Dezenas de cartazes manifestavam a solidariedade com o povo moçambicano e a sua vanguarda revolucionária, a Frelimo, ressaltando também a importância da unidade do povo com as Forças Armadas e a vigilância popular.

O povo diz não, diz não à reacção

«O povo diz não, diz não à reacção», «Fascista escuta, o povo está em luta», «Abaixo a reacção, os pides na prisão» foram algumas das palavras de ordem que ecoaram quando a manifestação se pôs em marcha, à hora marcada, pelas 19 e 30.

Dali dirigiu-se à Casa de Moçambique onde um representante desta associação, numa saudação, afirmou que a Frelimo — o povo de Moçambique em armas — nunca lutou contra o povo português, mas sim contra o colonialismo e, referindo os acontecimentos verificados recentemente e obra de uma minoria reaccionária, acentuou que era necessário apurar os responsáveis, para que não voltem a repetir-se manobras daquele tipo. Frequentemente interrompido pela multidão, que gritava vivas à Frelimo e abaixo a reacção, o orador frisou, por último, a necessidade de que em Portugal se estivesse solidário com a luta do povo de Moçambique.

Atravessando depois o Rossio e a Rua do Ouro, a manifestação deslocou-se para a Praça do Comércio, enquanto no percurso eram gritados «slogans» contra a reacção.

Junto à estátua de D. José teve, então, lugar um pequeno comício. Mariana Machado, membro do Comité Local de Lisboa do PCP, começou por saudar a luta de libertação da Frelimo, frisando que as **«forças democráticas unidas jamais deixarão passar o fascismo».**

E, mais adiante: **«O povo e as forças democráticas têm registado, nos últimos tempos, importantes êxitos na consolidação da democracia e no caminho da descolonização; mas, camaradas, o caminho a percorrer é difícil, por isso é necessário, cada vez mais, estarmos atentos e vigilantes contra as manobras da reacção.»**

«A reacção tem vindo, dia a dia, cada vez mais, a sair da toca onde se tinha metido no dia 25 de Abril.»

«A campanha anticomunista desencadeada por estes, o motim dos pides-D. G. S. na Penitenciária de Lisboa, a libertação dos conhecidos fascistas Casal Ribeiro, Silva Cunha e Moreira Baptista, assim como os pides que estão a ser libertados, são enormes perigos ao Portugal livre e democrático que estamos empenhados em construir.»

No final, a camarada Mariana Machado sublinhou que, apesar de tudo, devemos estar confiantes, pois os sucessos são grandes e **constituem motivo de inabalável confiança no futuro. Seria, porém, erro imperdoável se se esquecessem ou menosprezassem as dificuldades de todo o processo em curso e os perigos que o cercam. Poderia ser fatal a divisão das forças democráticas, a quebra da aliança com as Forças Armadas, a diminuição do amplo e activo apoio popular ao Governo Provisório.»**

E acrescentou: **«Esta página grande da nossa História vem mostrar, na prática, aquilo que os comunistas sempre defenderam: um povo só será livre quando deixar de oprimir outros povos.»**

No final, a multidão presente aprovou, por aclamação, o envio de mensagens ao Primeiro-Ministro, brigadeiro Vasco Gonçalves, e à Frelimo, onde se manifesta o apoio das massas trabalhadoras ao acordo de Lusaka e contra as manobras da reacção.

AS PALAVRAS DE UM COMBATENTE

Quem os vê nas ruas de Bissau, quem os ouve falar, quem acamarada com eles e com elês troca ideias sobre a Guiné, a África, Portugal e os grandes problemas da Humanidade, acaba descobrindo que aqueles homens, serenos, fortes, preparados para tudo, estavam destinados a ser párias do colonialismo se não houvessem escolhido o caminho da luta, aderindo ao PAIGC. Antes, a propaganda fascista definia-os como «bandoleiros». Agora merecem o respeito e a admiração dos seus camaradas das Forças Armadas Portuguesas. «Avante!» publica, a seguir, uma entrevista concedida por um desses combatentes, um dos **comandantes** do PAIGC, homens transformados pelas contingências da história em militares, políticos, administradores, diplomatas. Com 32 anos, ferido quatro vezes no campo de batalha, o comandante Paulo Correia exerce as funções de presidente do Comité de Estado da República, na região de Bissau.

AVANTE — **Qual a sua principal missão no momento?**

PC — Realizar um trabalho político adequado às circunstâncias. Em Bissau encontramos uma estrutura social diferente. Para a transformarmos teremos de recorrer a métodos novos. A nossa primeira tarefa consiste na mobilização das massas. Estamos tratando de lhes incutir um espírito revolucionário.

AVANTE — **Quando chegou a Bissau?**

PC — No dia 4 de Setembro. Entrei imediatamente em contacto com as autoridades da antiga administração colonial portuguesa para fazer um balanço da situação e verificar o que se impunha alterar em função das metas do Partido e do Estado guineenses.

AVANTE — **O regresso a Bissau emocionou-o?**

PC — Foram doze anos de ausência. Em 1958, quando era um garoto, entrei para o Exército Português. Estabeleci contacto com camaradas do PAIGC que agiam na clandestinidade, e em 1959 ingressei no Partido. Três anos depois desertei. Fugi numa canoa para o Sul. A redescoberta de Bissau não poderia deixar-me insensível. Antes era uma cidade na qual o povo acusava em todas as suas atitudes a presença arrogante do colonialismo. Agora a atmosfera é outra. O medo cedeu o lugar a um sentimento generalizado de orgulho. Hoje todos compreendem a grandeza da obra empreendida por Amílcar Cabral. Ele não está vivo para festejar connosco o 1.º aniversário da Independência. Mas todos percebem que o seu trabalho foi decisivo. Para os guineenses é importante perceberem a profundidade da admiração que centenas de milhões de homens, em todo o mundo, têm pelo fundador do nosso Partido. Os dias que estamos vivendo confirmam e justificam o seu trabalho teórico e a correcção da **praxis** que dele soube extrair.

AVANTE — **Os problemas que vocês enfrentam em Bissau são diferentes?**

PC — Muito diferentes. A população viveu em contacto directo e permanente com o colonialismo, sofreu muito mais do que a do Continente a influência dos mecanismos dissolventes da sociedade capitalista. Mas não temos motivos para pessimismo. Acreditamos no poder de penetração das ideias justas pelas quais nos batemos. Estamos levando às massas uma ideologia que traduz as aspirações populares, a ideologia revolucionária do Partido que tornou possível a independência. Como não confiar no futuro?

AVANTE — **A desmobilização de milhares de militares africanos que faziam parte do Exército Português criou problemas delicados?**

PC — Evidentemente. Mas não creio que a recuperação social de muitos dêsses elementos seja tão difícil como parece. Não usaremos métodos violentos mas não aceitaremos também ociosos, nem parasitas. Quem não tiver trabalho em Bissau deverá voltar às suas tabancas de origem. É nos campos, na agricultura, que está a principal riqueza do país.

AVANTE — **Como e quando entrou na guerra de libertação?**

PC — Na frente Sul, na região de Tite, logo no começo.

AVANTE — **Como lutavam, nessa altura?**

PC — Éramos uns 700 homens no sector. Mas dispúnhamos apenas de três metralhadoras e de algumas pistolas. Recordo-me da primeira grande vitória que alcançámos. Interceptámos um comboio de 32 viaturas e capturámos ou destruímos 6. Além de munições, encontrámos uma documentação muito importante. Ficámos alegres como crianças.

AVANTE — **Ficou em Tite muito tempo?**

PC — Não. Em 64 fui mais para o Sul. Recebi instruções para formar unidades regulares. Nessa época combatemos duramente em Guileje. Pouco depois fui transferido para a Frente Leste. Éramos fortes na área de Madina Boé, mas não havia vitórias fáceis.

AVANTE — **Quando descobriu o mundo exterior?**

PC — Em 1966 o Partido mandou-me para Moscovo. Foi uma grande experiência. Encontrei explicações científicas para muitas posições que eram apenas intuitivas. Compreendi melhor a ideologia do PAIGC, captei a significação histórica da nossa luta anticolonialista e aprendi a colocar os novos conhecimentos ao serviço de uma visão revolucionária global da luta de outros povos contra o imperialismo.

AVANTE — **Qual a sua impressão da URSS?**

PC — Óptima. Um grande povo e um tipo de civilização incomparàvelmente superior ao que nós, vítimas do capitalismo e do colonialismo, conhecíamos. Estudei estratégia de infantaria. Mas o aperfeiçoamento da formação ideológica não foi menos importante do que a aquisição de uma verdadeira formação militar.

AVANTE — **Em que língua eram dados esses cursos?**

PC — Em português.

AVANTE — **Voltou com uma visão diferente da guerra?**

PC — Diferente não é a palavra. Certas palavras de ordem do Partido ganharam mais clareza para mim. Passei a compreender melhor a luta do povo português. A leitura do «Avante!» ajudou-me também a desfazer dúvidas. Lia-o em Moscovo. A solidariedade do PCP à luta que travávamos não podia deixar de me comover.

AVANTE — **Visitou outros países?**

PC — Estive na Bulgária em 1968. Mas apenas para tratamento médico.

AVANTE — **E depois?**

PC — Entre 1969 e 1974 combati no Gabu, em várias regiões do Centro e do Leste. No fim da guerra era Comandante Operacional da Frente Leste.

AVANTE — **Foi ferido alguma vez?**

PC — Quatro.

AVANTE — **Tem filhos?**

PC — Dois. Minha companheira é telegrafista do PAIGC e também militante.

AVANTE — **Como recebeu a notícia do 25 de Abril?**

PC — Com profunda alegria. Antes eu sabia que o Partido Comunista, que a classe operária portuguesa, que a esmagadora maioria do povo português estavam contra o colonialismo, que lutavam contra a guerra e contra o fascismo. Nós, da nossa parte, nunca confundimos o colonialismo português com o povo de Portugal. Mas o 25 de Abril mudou tudo. A posição democrática e progressista assumida pelo Movimento das Forças Armadas abriu o caminho à paz em África. Agora vamos construir a Guiné visionada por Amílcar Cabral.

A DIGNIDADE DE UM FILME ANGOLANO

Embora o filme não seja inovador na sua linguagem cinematográfica, ao contrário da novela que reflecte pela imaginação criadora do escritor a assimilação da língua portuguesa pelos angolanos, «Sambizanga» oscilando entre o melodrama voluntário e a ingenuidade involuntária, apesar de a adaptação empobrecer o humor e a força criadora patente na novela, eleva bem alto a bandeira da dignidade de um povo em luta.

Mais: justa no seu resumo, no seu memorando ideológico, como é disso prova o momento mais importante do filme que nos é revelado pela boca do alfaiate angolano ao explicar numa linguagem rude mas franca aos seus estudantes: «Não há brancos nem pretos nem mestiços: há pobres e ricos. E o rico dá para que o pobre seja sempre pobre e para que o rico continue sempre rico.» Indesmentivelmente «Sambizanga» populariza a luta do povo angolano pela conquista da independência total da sua pátria.

Só por isto, «Sambizanga» merece um franco acolhimento por parte dos espectadores portugueses que o poderão ver a partir de hoje em Lisboa no cinema São Luís.

«Sambizanga» é também o primeiro filme de ficção que retrata a vida do povo angolano na sua luta pela libertação do jugo colonial. Sendo a adaptação de uma novela de José Mateus da Graça, ou melhor, de uma «estória» de Luandino Vieira, «O fato completo de Domingos Xavier», «Sambizanga» é em filigrana a história de uma mãe angolana cujo marido, o tractorista Domingos Xavier, militante do MPLA, foi assassinado pela PIDE por não ter querido denunciar os seus camaradas, entre os quais se encontrava um angolano branco.

Muito simples, mas clara, é a dignidade patenteada na história.

GUINÉ: CULTURA E REVOLUÇÃO

BISSAU — Durante a guerra de libertação, a maior das virtudes do PAIGC foi talvez a paciência. Conquistada a paz, os homens que na Guiné se ocupam da construção do futuro continuam a demonstrar a mesma paciência. «Agora o povo exerce em todos os centros urbanos o direito elementar a ser livre, tal como o vinha exercendo nas regiões libertadas» — declarou ao «Avante!» o comandante Juvêncio Gomes, membro do Conselho Superior de Luta, representante do PAIGC em Bissau e actual responsável pela marcha da administração municipal.

A reconstrução da vida nas cidades coloca o Partido e o Estado perante tarefas de grande complexidade. «Um homem não se faz num dia ou dois», como salienta Juvêncio Gomes, aludindo à impossibilidade de substituição de todos os quadros da antiga burocracia colonial. Em poucos dias, no entanto, o PAIGC assumiu o «contrôle» dos serviços públicos em Bissau e tomou uma série de medidas que traduzem uma vontade revolucionária. Na rádio, a música europeia foi substituída por música africana; os programas, os noticiários, as palavras de ordem mudaram. O projecto revolucionário e a ideologia que lhe serve de base são explicados ao povo. Sem o transistor, a vida em Bissau não poderia sofrer uma transformação tão rápida e radical. Os ociosos e os parasitas sabem já que a sociedade do futuro não lhes oferecerá oportunidades. Os comandantes e os comissários políticos do PAIGC têm a noção dos tempos da História. Os grandes problemas são levantados e debatidos publicamente, mas não há açodamento no tocante à aplicação das soluções. No porto, a percentagem de roubos — uma das mais altas do mundo — caiu muito após o dia 10. Nos hotéis e cafés da cidade, o exército de marginais que controlava o mercado negro do câmbio e vendia artigos de contrabando começa a desaparecer. A prisão em flagrante de ladrões e aventureiros confirmou que a política de austeridade não ficará no terreno das promessas. A revolução chegou às ruas em menos de uma semana. Mas em muitos sectores, principalmente em Bissau, as transformações serão lentas. Todos os programas de ensino, por exemplo, terão de ser revistos. A metodologia usada nas escolas pioneiras das antigas zonas libertadas não produziria os mesmos efeitos se aplicada mecanicamente às crianças de Bissau, marcadas pelas sequelas do colonialismo. Na cidade seria contraproducente uma ruptura imediata e total com os processos tradicionais. A integração dos dois sistemas com as correcções e adaptações indispensáveis no material didáctico impôs-se como saída natural. De qualquer modo, os meninos da Guiné não voltarão a ser massacrados com uma visão eurocêntrica do mundo, com o seu pólo em Portugal. A geografia do país e a sua história terão agora prioridade. O Geba significará naturalmente mais do que o Tejo; a figura de Afonso Henriques preocupará menos do que a imagem da África negra antes da chegada dos árabes e dos europeus.

Do nosso enviado especial
Miguel Urbano Rodrigues

Uma nova cultura

Não há uma só nota de hostilidade a Portugal nos educadores que se voltam febrilmente para as tarefas de formação da juventude. Todos eles se exprimem num português impecável e se consideram parcialmente modelados, nos anos da adolescência, pela cultura portuguesa. Mas a sua missão consiste agora em contribuir para o advento de uma autêntica cultura nacional que, transcendendo as velhas culturas africanas locais, seja uma síntese dos seus valores permanentes. Foi com entusiasmo que Lilica Boal, a grande educadora guineense, directora do Instituto Amizade, falou ao «Avante!» dos projectos concebidos durante a longa noite da guerra. A existência de dezenas de quartéis portugueses em pequenas aldeias do interior veio, inesperadamente, proporcionar à nova República uma infra-estrutura que facilitará o êxito dos programas de alfabetização integral ao serviço de uma mudança revolucionária da sociedade. Tudo será, no futuro imediato, mais difícil, mas também mais empolgante. Os educadores do PAIGC moviam-se num pequeno mundo de 156 escolas primárias, 290 professores e 15 000 alunos. Terão, doravante, de encontrar as formas ideais para incutir uma visão diferente da existência, da Guiné, da cultura aos 40 000 estudantes que frequentavam os estabelecimentos escolares sob «contrôle» da administração colonial portuguesa.

Manifestações em Bissau de apoio ao PAIGC

Da tribo ao partido da revolução

É um disparate afirmar-se que a independência liquidará o português como idioma na Guiné-Bissau. A nossa língua continuará a ser ensinada em todas as escolas do país. Rodeada de nações francófonas, a jovem República encontra no português um *factor importante de diferenciação cultural dos seus vizinhos.*

Todos os dialectos falados pelas principais etnias merecerão o apoio oficial para que possam firmar-se no âmbito do desenvolvimento harmonioso das culturas regionais. Mas isso não impede que o português e o crioulo desempenhem papéis insubstituíveis. Ambos, embora por motivos diferentes, se expandiram durante a guerra.

O crioulo impôs-se como a língua da unidade nacional em consequência das próprias exigências da luta armada. Não era possível reunir etnias diferentes sob as bandeiras do PAIGC, mantendo a diversidade linguística. E menos ainda dar preferência a qualquer dialecto sobre os demais. Por outro lado, somente uma língua moderna, ou em processo de modernização, poderia atender aos imperativos da estratégia e da táctica militares. O crioulo foi a solução, pois o português — idioma do adversário — não poderia ser utilizado nessa fase pelos combatentes revolucionários sem graves inconvenientes de ordem política. Simultaneamente, a difusão do crioulo funcionou como factor significante no processo de liquidação do tribalismo tradicional.

O colonialismo, na Guiné como noutros países, tinha congelado a História. Se é verdade que destruiu implacavelmente certas estruturas, onde quer que o colono branco se apossou de terras, procurou também manter estruturas anacrónicas, onde percebeu que elas poderiam beneficiá-lo como elemento de imobilismo e degradação dos homens. Na pequena Guiné, desinteressante como colónia de povoamento, as administrações estimularam a sobrevivência da organização tribal controlada (quando possível) por chefes da sua confiança. Isso, porém, permitiu a continuidade de um modo de produção inseparável daquilo a que se convencionou chamar o «comunismo primitivo», que tornava o povo mais permeável à propagação das teses nacionalistas e progressistas do PAIGC. A agricultura de subsistência autárquica e o universo estático da tribo não continham germes revolucionários, mas não ofereciam resistência à penetração da ideologia revolucionária.

A guerra de libertação mudou tudo. Com mais facilidade entre as etnias onde a família era o núcleo fundamental da organização social; com maior dificuldade entre as etnias islamizadas *em cujo seio a religião funcionou como instrumento de preservação de uma sociedade* de classes com uma rigidez quase feudal.

Poderia talvez dizer-se que o PAIGC ganhou a guerra antes mesmo de disputar a vitória nos campos de batalha. Venceu-a dia a dia, a partir de 60, no silêncio das tabancas, onde os seus militantes lutavam contra um mundo cultural em desagregação. Amílcar Cabral e seus camaradas agiram com uma paciência infinita. Eles sabiam que as chefias ligadas ao colonialismo estavam condenadas. Não precisaram sequer eliminar os conselhos dos anciãos, dos «homens grandes». O prestígio perdido pelos partidários da capitulação foi conquistado pelos jovens rebeldes. Os «comités» de base das tabancas competiram vitoriosamente com as hierarquias obsoletas.

Nesse processo catalizador, a tribo, como entidade superior e intangível, identificável com as origens e o destino da comunidade, desmoronou-se pouco a pouco. Em seu lugar, como símbolos muito mais amplos e dinâmicos de uma unidade nacional antes desconhecida, surgiram o Exército, a Língua, o Partido Revolucionário.

É ainda muito cedo para uma abordagem científica, mesmo superficial, do papel desempenhado pelo PAIGC como instrumento *transformador de sociedades tribais heterogéneas numa sociedade nacional de vocação revolucionária.* Mas para a África inteira, esse fenómeno sociopolítico ocorrido na Guiné tem uma importância histórica excepcional. Seria, aliás, um erro acreditar que a independência ficará a assinalar o fim dessa lenta transformação. É sobretudo agora que ela tende a acelerar-se e adquirir uma fisionomia bem diferenciada.

O PAIGC — e esse foi um dos muitos méritos de Amílcar Cabral — jamais queimou etapas. O processo de desmistificação do povo, em todos os níveis, prossegue. A Guiné vive uma «revolução cultural», na verdadeira acepção do termo, uma revolução incompatível com o sectarismo e o dogmatismo dos fabricantes de «slogans». A superestrutura mágica, abalada pela guerra mas não destruída, apresenta hoje brechas cada vez mais profundas. O povo acabou compreendendo que a guerra matava e que as armas, a coragem, a ideologia dos militantes do Partido eram mais poderosos do que todos os ritos de imunidade usados contra o poder colonialista. Os mitos falecem de morte lenta; a dessacralização da velha cultura, apodrecida pelo colonialismo como ponte para uma nova cultura, é uma realidade na Guiné revolucionária.

O comandante Paulo Correia com o nosso enviado especial